

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MAYCON DE SOUSA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR DO BANCO DO BRASIL S.A PARA A
MICRORREGIÃO DE PICOS - PI**

Picos – PI
2011

MAYCON DE SOUSA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR DO BANCO DO BRASIL S.A PARA A
MICRORREGIÃO DE PICOS - PI**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí – UFPI, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, MSc.

Picos – PI
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO DE

MAYCON DE SOUSA PEREIRA

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR DO BANCO DO BRASIL S.A PARA A MICRORREGIÃO
DE PICOS - PI

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o discente **APROVADO**.

Picos (PI), 29 de Novembro de 2011

Prof. Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, MSc.

Prof^a. Francisca Maria Cosme de Carvalho, Esp.

Prof. José Ribamar Pereira. MSc

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria dos Remédios (Lourinha): exemplo de integridade, paciência e apoio.

Aos meus Tios: Zenilda e Mourthé, sempre presentes (mesmo distantes), deram-me mais do que apoio necessário, que transmitiram-me incentivos, e pela confiança a mim conferida.

Ao meu irmão: Junior, pela força.

À minha namorada Vanessa, por ter me apoiado nas horas mais difíceis.

Agradecimentos

À minha família,

Por ter sempre motivado e apoiado os meus estudos;

À minha namorada Vanessa,

Por todo o amor, confiança e paciência

Ao meu amigo e orientador: Cléverson Vasconcelos,

Que soube guiar-me com sua sabedoria pelo melhor caminho durante a estruturação deste trabalho;

Aos meus ilustres amigos e colegas de sala:

Eles sempre estiveram presentes em inúmeras atividades durante o período dos estudos e certamente para toda a vida;

Aos Mestres da Universidade Federal do Piauí do Campus de Picos,

Que acreditaram no desenvolvimento deste trabalho e por todas as experiências vividas e ensinamentos transmitidos e pelo apoio recebido;

Aos agricultores investigados e ao Banco do Brasil S.A.,

Pela disposição em permitir a realização desta pesquisa. Desta relação, construí laços fortes de amizade e solidariedade;

Se esqueci de mencionar alguém, desculpe, mas ainda em tempo...

Obrigado!

“A vida é como andar de bicicleta. Para manter o equilíbrio, é preciso se manter em movimento”.

(Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo descritivo da qualidade de vida dos agricultores da região de Picos - PI, para identificar e/ou classificar os principais sistemas de produção característicos dos diversos tipos de agricultores imposto pelo modo natural com que a agricultura familiar vem se desenvolvendo e adaptando-se as novas circunstâncias e desafios vivenciados no modo capitalista de produção. A sobrevivência da agricultura familiar neste contexto, ocorre em virtude, principalmente, da sua característica de diversidade que lhe permitem rápida e eficaz reação diante dos desafios apresentados pela realidade em constante alteração. Dessa forma faz-se necessário o conhecimento dos indicadores que mensuram, não só o desempenho econômico dos sistemas de produção e dos empreendimentos rurais, mas principalmente o grau de especialização da produção, de integração ao mercado e de estímulo ao investimento na agricultura familiar. Tudo isso foi realizado por meio de um estudo quantitativo-qualitativo com os agricultores da região de Picos – PI. Apontou-se, através da pesquisa de campo, quais eram as características dos empreendimentos dos agricultores. A partir da análise dos dados realizados é possível afirmar que os agricultores entrevistados ressaltam que a gestão, trabalho e a agricultura familiar foi baseada na estrutura familiar, gerando renda, criando ocupações produtivas, qualidade de vida e produção, diversificação e continuidade a uma política de segurança alimentar, usando os fatores de produção sem degradar o ambiente, contribuindo para a redução das desigualdades especiais e sociais. As características presentes é que a produção agropecuária familiar apresenta-se diversificada; essa diversificação se manifesta, não só quanto aos vários sistemas de produção que incorpora, mas principalmente quanto às estratégias de ação e o modo como os produtores se relacionam e integram-se com os mercados. Espera-se também a contribuição para o debate e ampliação das discussões sobre as questões que permeiam a qualidade de vida dos agricultores da região de Picos - PI.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Qualidade de vida; Políticas públicas

ABSTRACT

The present work consists of a descriptive study of the farmers' of the area of Picos quality of life - PI, to identify and/or to classify the main characteristic production systems of the several types of farmers imposed by the natural way with that the family agriculture comes if developing and adapting the new circumstances and challenges lived in the capitalist way of production. The survival of the family agriculture in this context, happens in virtue, mainly, of his/her diversity characteristic that you/they allow him/her fast and effective reaction before the challenges presented by the reality in constant alteration. In that way it is done necessary the knowledge of the indicators that you/they measure, not only the economical acting of the production systems and of the rural enterprises, but mainly the degree of specialization of the production, of integration to the market and of incentive to the investment in the family agriculture. All this was accomplished through a quantitative-qualitative study with the farmers of the area of Picos - PI. It was appeared, through the field research, which you/they were the characteristics of the farmers' enterprises. Starting from the analysis of the accomplished data it is possible to affirm that the farmers interviewees stand out that the administration, work and the family agriculture was based on the family structure, generating income, creating productive occupations, quality of life and production, diversification and continuity to a politics of alimentary safety, using the factors of production without degrading the atmosphere, contributing to the reduction of the special and social inequalities. The present characteristics are that the farming family production presents been diversified; that diversification shows, not only as for the several production systems that it incorporates, but mainly as for the action strategies and the way as the producers link and they become complete with the markets. It is also expected the contribution for the debate and enlargement of the discussions on the subjects that permeate the farmers' of the area of Picos quality of life - PI.

WORD-KEY: Family agriculture; Quality of life; Public politics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. na microrregião de Picos....	42
Gráfico 2: Municípios da pesquisa	52
Gráfico 3: Faixa etária dos agricultores.....	55
Gráfico 4: Escolaridade dos agricultores de Picos	56
Gráfico 5: Atividade econômica dominante	56
Gráfico 6: A renda familiar dominante	57
Gráfico 7: Renda mensal dos agricultores antes e depois do PRONAF	58
Gráfico 8: Produtos agrícolas cultivados antes do PRONAF	59
Gráfico 9: Produtos agrícolas cultivados depois do PRONAF.....	60
Gráfico 10: Pecuária antes e depois do PRONAF.....	61
Gráfico 11: Bens de consumo duráveis antes e depois do PRONAF.....	62
Gráfico 12: Importância dada aos itens pelo agricultor após o acesso ao PRONAF (sendo o 1 menos importante e o 5 o mais importante).	63
Gráfico 13: Importância dada aos itens pelo agricultor após o acesso ao PRONAF (sendo o 1 menos importante e o 5 o mais importante).	64
Gráfico 14: O BB tem ações voltadas a estimular uma postura mais participativa dos agricultores.....	65
Gráfico 15: Satisfação com serviços e produtos oferecidos pelo BB	66
Gráfico 16: Maior valorização do produtor rural na sociedade	67
Gráfico 17: Acesso aos serviços do BB	68
Gráfico 18: Maiores dificuldades encontradas na concessão do crédito do PRONAF no BB.	69
Gráfico 19: Cartão do PRONAF	70
Gráfico 20: Cartão de crédito/débito.....	70
Gráfico 21: Em relação a assistência técnica ela é	71
Gráfico 22: A equipe de assistência técnica atendeu as necessidades dos agricultores.....	72
Gráfico 23: Os recursos foram liberados de acordo com o previsto no orçamento da proposta.	73
Gráfico 24: Os recursos foram aplicados de acordo com o previsto no orçamento da proposta	74
Gráfico 25: Busca informações sobre vencimento, valor a pagar, taxas de juros, desconto em relação ao PRONAF no BB.	74
Gráfico 26: Qualidade no atendimento	75

Gráfico 27: Em relação ao PRONAF, o agricultor está conseguindo fazer os pagamentos nas devidas datas de vencimento..... 76

Gráfico 28: Utiliza sistemas de organização e controle (despesas/receita/resultado)77

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Visão externa da Agência de Picos – PI	25
Figura 02: Fluxograma da Distribuição dos Créditos do PRONAF	27
Figura 03: Localização da cidade de Picos no Estado do Piauí	37

LISTA DE SIGLAS

BB - Banco do Brasil S.A.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ASTECC – Assistência Técnica

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização	15
1.2. Definição do problema	18
1.3. Objetivos	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2. Objetivos específicos.....	19
1.4. Justificativa	19
1.5. Estrutura da Monografia.....	21
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 Aspectos Históricos e definição do PRONAF	22
2.1.1 Localização e Liberação dos Recursos do PRONAF no Sistema Financeiro Nacional.	26
2.1.2 Objetivos do PRONAF.....	28
2.1.3 Linhas de Crédito do PRONAF	29
2.1.4 Público alvo	34
2.1.5 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.....	35
2.1.6. Zoneamento Agrícola de Risco Climático.....	36
2.2. Histórico econômico e atividades desenvolvidas na microrregião de Picos.	37
2.3. Impactos do PRONAF na agricultura familiar na microrregião de Picos	40
2.4. Economia solidária	44
2.4.1 Economia Solidária: Atuação em Redes.	46
2.5 Cooperativismo	47
2.5.1 Desenvolvimento econômico e sustentável.....	47
2.5.2. Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)	48
2.6. Inclusão Social e a “bancarização”	49
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 Caracterização da pesquisa	50
3.2 Fontes de pesquisa	51
3.3 Universo e amostra	51
3.4 Plano de coleta de dados	52
3.5 Plano de tratamento dos dados.....	53
3.6 Plano de análise dos dados	53
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	54
4.1 Características avaliadas	54

4.2 Análise e resultados	54
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
5.1 CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	78
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A – Formulário usado para pesquisa de campo.....	82

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Devido á estabilização da economia na última década, novas condições puderam ser criadas para o desenvolvimento mais acelerado da agricultura, assim surge a reescalonamento das dívidas dos produtores rurais e o surgimento de linhas de crédito de longo prazo, percebe-se a melhoria da infra-estrutura produtiva e a incorporação de modernas tecnologias possibilitando uma profunda transformação no setor com a modernização dos empreendimentos, gerando ganho nas principais culturas.

Com a importância econômica e social desse segmento, aliada ao desinteresse das instituições em apoiar financeiramente empreendimentos de baixa lucratividade, provocou no governo a necessidade de estabelecer política específica para financiamentos das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, como forma de agregar mecanismos que possibilitassem o aumento da capacidade produtiva e a elevação da renda dos agricultores no Estado.

O Estado do Piauí vêm crescendo e passando por transformações relacionadas à Agricultura Familiar – inovação de tecnologia, maior valorização dos agricultores, busca de qualidade de vida. Assim tornou-se necessário desenvolver práticas sociais, ambientais e economicamente corretas para uma produção diversificada, com qualidade, assim, gerando mais renda para a família e para o Estado. Com o surgimento de financiamentos para o setor rural, os agricultores rurais estão buscando alternativas para melhor explorar suas propriedades. Segundo Leal (2010, p. 30):

Os esforços despendidos para o apoio e a valorização dos agricultores familiares pela concessão de crédito, numa ponta, e de garantia de venda, na outra, vão incentivar o aumento na produção e na qualidade do produto. Dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável poderá viabilizar-se com o fortalecimento da agricultura familiar, a qual, em cumprimento ao seu papel multifuncional, possibilitará uma maior proteção ambiental, aliada ao dinamismo econômico, à justiça social e, conseqüentemente, à redução das desigualdades. Nesse sentido, a oferta de crédito é fundamental.

O autor esclarece que para desenvolver o fortalecimento da agricultura familiar é preciso ter incentivos do Governo Federal, Estadual e Municipal, com a

liberação dos recursos para financiamento no setor, para que os agricultores possam trabalhar em suas terras e gerar renda, além de possibilitar a redução das desigualdades, onde no Estado a desigualdade ainda prevalece.

A devastação do nosso planeta é uma realidade cada vez mais presente. As florestas que viram desertos por causa do desmatamento desenfreado; desaparecimento de milhares de espécies de animais e vegetais, contaminação da água e do solo e o aumento contínuo da temperatura do planeta, chamado de aquecimento global. E é por causa desse quadro de destruição que o ser humano atravessa uma crise ambiental na história e é por essa preocupação que o BB só apóia atividades que não tragam riscos para a natureza.

Picos têm hoje atividades produtivas partindo da valorização da visão da cadeia de valor, que significa cuidar de todas as etapas do processo produtivo, desde o fornecimento de insumos, passando pela produção, transporte, armazenagem até chegar ao consumidor final e hoje é conhecida em todo o Brasil por sua importância na comercialização da castanha de caju, produção do mel e de sua agricultura. A produção extrativa de Picos é bastante significativa e com relação à pecuária, pode-se destacar o gado bovino, mas também é muito forte a presença de rebanhos suínos, ovinos e caprinos. Isso se deve à políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e a região por ter um clima semi-árido quente é favorável para as culturas de mandioca, caju, criação de ovinos, caprinos, bovinos além da apicultura, ou seja, gerando renda e emprego o ano todo. Segundo Raíces (2003, p. 16):

A agricultura passa por uma transformação silenciosa no campo organizacional, que pode ser visualizada pelo relacionamento do setor com fornecedores de insumos e canais de distribuição. Deixou de ser uma agricultura cujas transações ocorrem nos mercados para ser uma agricultura regida por contratos.

Nota-se que é de interesse estratégico, o sucesso do agronegócio no Brasil, uma vez que, além de grande gerador de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos municípios, permite o abastecimento de alimentos e contribui significativamente para as transações comerciais no País. O agronegócio no Estado está crescendo devido á disponibilidade de recursos e as necessidades de financiamento dos programas do Governo, assim o BB assegura o suprimento automático de recursos para atender a demanda. Para o Banco do Brasil S.A.

(2011), a agricultura familiar é um importante segmento do agronegócio do País, sendo grande geradora de empregos no campo e responsável pela maior parte da produção que abastece o mercado interno, ou seja, cerca de 70% dos alimentos consumidos nos lares brasileiros.

O financiamento do Agronegócio no Brasil caracteriza-se por uma forte dependência de recursos oficiais e o Governo exerce grande interferência no mercado. Para Guanzioli (2007, p 303), “as novas teorias geradas pela economia institucional permitiram perceber que outras variáveis, além da taxa de juros, desempenham papel fundamental no processo de utilização do crédito”. Busca-se, na verdade, avaliar em que medida o contexto no qual estão inseridos os produtores e o próprio desenho institucional dos programas de crédito, induzem ou não o processo de acumulação e o uso eficiente dos recursos. Segundo o MAPA (2011),

A mudança de paradigmas estabelece um novo cenário para o processo de desenvolvimento das atividades agrícolas, florestais e pecuárias. É, portanto, a partir da observação da realidade local, que o Ministério da Agricultura desenvolve e estimula as boas práticas agropecuárias privilegiando os aspectos sociais, econômicos, culturais, bióticos e ambientais.

Percebe-se que na década passada, os vários ajustes macroeconômicos determinaram o racionamento da oferta de crédito, assim a diminuição dos subsídios e a busca de novas fontes não inflacionárias de financiamento do setor da agricultura, nota-se que além de racionar a oferta de crédito e reduzir subsídios, o Governo iniciou a reformulação dos mecanismos de suporte aos produtores e de garantia de abastecimento, com os objetivos de reduzir a presença do Estado na comercialização, agilizar e desburocratizar o acesso ao comércio. Guanzioli (2007, p. 323), observa que,

Nesta tentativa, embora importante, porém sem base empírica, revela justamente a necessidade que existe de caracterizar com dados de campo as cadeias produtivas da agricultura familiar, procurando saber as fortalezas e fraquezas que cada tipo de produtor tem em cada tipo de cadeia, no tocante a graus de concentração agroindustrial, fixação de preços, normas contratuais, fluxo de financiamento existente na cadeia, regularidade das compras e do fluxo de insumos, tecnologias disponíveis, características da comercialização e condições de integração no processamento, ganhos de intermediação excessivos ou normais etc.

Verifica-se que para uma atividade ser economicamente viável, tem que apresentar capacidade de produzir ganhos, quando o negócio produz recursos que vão permitir a melhoria das condições de vida dos agricultores, aumentar a renda e desenvolver a região, assim, torna-se uma característica essencial para uma economia crescente no Estado. Segundo as concepções de Ferreira (2004, p.24),

A crescente tendência da pluriatividade, no espaço rural, transcende a análise de transformação do agricultor em proletariado ou mesmo a decomposição da agricultura familiar, mas representa sim a busca da complementariedade da receita exercida por ele e pelos membros da família.

Observa-se que o BB é a ligação entre o Governo e o produtor rural e atua como agente de políticas públicas. Verifica que o Banco atua como maior financiador do agronegócio em todas as etapas da cadeia produtiva, desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais. E além de rentável e seguro, consolida o papel e imagem do Banco na sociedade para busca de novos clientes e instrumento de fidelização, pela efetiva parceria que se firma entre o Banco, o produtor e os demais entes envolvidos.

1.2. Definição do problema

Sendo assim, o presente trabalho busca demonstrar como o PRONAF atua na microrregião de Picos, quais são suas principais ações e como elas contribuem para a melhoria de vida dos agricultores familiares, de forma a proporcionar informações que levem ao leitor a conhecer as melhorias de cada ação apresentada. E assim divulgar a importância desse tema para as comunidades e municípios que são beneficiadas por esse programa. O principal problema do PRONAF, está relacionado à implantação de novas ações voltadas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, que é a falta de informações e de conhecimento daquilo que está sendo desenvolvido. Sendo assim, o PRONAF realmente está conseguindo atingir seus objetivos que é aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida, aumentar a produção, produzir realmente de forma sustentável?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Avaliar as mudanças ocorridas com os produtores rurais da microrregião de Picos – PI após a concessão de crédito do PRONAF no Banco do Brasil S.A.

1.3.2. Objetivos específicos

- Analisar se de fato houve alteração da renda familiar após a concessão de crédito rural;
- Verificar a “bancarização” dos agricultores e agricultoras rurais amparadas pelo PRONAF do BB de Picos;
- Identificar se os recursos do financiamento estão sendo aplicados de forma correta e planejada.

1.4. Justificativa

Diante do potencial produtivo da microrregião de Picos e a variedade de produtos que são comercializados e não são aproveitados corretamente por falta de conhecimento, busca-se apresentar e divulgar a real importância do PRONAF, dando ênfase às ações já desenvolvidas e implementadas pelos agricultores dessa região, de forma a conscientizar a sociedade e demonstrar os benefícios que a utilização do programa pode trazer para essas e as futuras gerações, e dessa maneira proporcionar o conhecimento da realidade dos agricultores rurais. De acordo com o Banco do Brasil S.A. (2011):

Cada vez mais, a agricultura familiar tem contribuído com o aumento da produção diversificada de alimentos que garantem a segurança alimentar do nosso país. Isso porque sabemos que, para aumentar a produtividade com segurança, diminuir os custos e riscos da produção, aproveitar e proteger os recursos naturais de sua propriedade, é importante inovar.

Percebe-se que BB, quando se fala de valor, não se fala de apenas no valor econômico, observa-se que a cadeia produtiva é mais forte quando agrega valores sociais, questões referente à saúde, à educação, à capacitação e ao fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, mas também, se preocupa com questões ambientais dos resíduos, quando possível, a utilização racional dos recursos naturais e culturais, valorizando e respeitando as culturas locais. Para o Banco do Brasil S.A. (2011), “o BB acredita que sempre é possível conseguir resultados positivos, seja qual for o tamanho da sua propriedade e do seu negócio”. Por isso

apóia ações, para que, cada vez mais, agricultores e agricultoras familiares consigam planejar melhor suas atividades, a fim de aumentar sua produtividade e transformar lucro em mais renda e em mais qualidade de vida no campo. Para o Governo Federal (2011):

Os agricultores piauienses comemoram o bom desempenho do estado em relação à operacionalização dos contratos do PRONAF. A expectativa é de que até o final do ano sejam investidos cerca de R\$ 140 milhões no Programa para atender 80 mil famílias.

Observa-se que o programa está beneficiando as pessoas que tem a necessidade de desenvolver e explorar suas terras. Com o apoio do Governo e do BB, o Piauí já beneficiou muitas famílias desde sua criação, levando emprego e renda e tornando a agricultura do Estado uma atividade de grande importância econômica e social. Assim visando o desenvolvimento e garantindo um melhoramento nas condições de vida. Para o MDA (2011a):

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Dessa forma a viabilidade desse trabalho está relacionada com a importância e a necessidade do PRONAF que vem apresentando resultados favoráveis para o crescimento da produção no país, para que as sociedades envolvidas e as demais possam entender o que realmente significa produzir com qualidade e aplicação dos recursos corretamente, e a melhor forma para entendimento é a demonstração de ações do programa que é considerado referência nacional, proporcionando um esclarecimento desses fatores e contribuindo para que mais famílias possam se ater às vantagens do programa, tanto para os agricultores, quanto para o próprio Banco, dando a ambos o poder de interpretação do quanto é importante e viável a sua implantação.

E assim, partindo de um problema que vem sendo o principal gargalo na implantação de novas ações voltadas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, que é a falta de informações e de conhecimento daquilo que está sendo desenvolvido, busca-se com o estudo desse tema avaliar a contribuição para

construção de uma sociedade economicamente fortalecida, socialmente justa e ecologicamente correta.

1.5. Estrutura da Monografia

A estrutura deste trabalho está feito na seguinte seqüência. No capítulo 1, a introdução apresenta a formulação do problema; os objetivos, geral e específicos; a justificativa e a estrutura das partes do trabalho.

No capítulo 2, o referencial teórico da pesquisa aborda inicialmente sobre o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar, mostrando seu conceito na visão de diversos autores importantes no assunto. Ainda neste capítulo, é abordado os subitens como: o aspectos históricos e definição geral do PRONAF, localização e liberação do PRONAF no sistema financeiro nacional, objetivos, linhas de crédito, publico alvo, assistência técnica e extensão rural – ATER, Zoneamento Agrícola e risco climático, histórico econômico e atividades desenvolvidas na microrregião de Picos, impactos do PRONAF na agricultura familiar na microrregião de Picos, Economia Solidária, Economia solidária: Atuação em redes, cooperativismo, desenvolvimento econômico e sustentável, desenvolvimento regional sustentável, inclusão social e a “Bancarização” . Todos esses itens e subitens têm por base autores de renome para o estudo do PRONAF.

Fundamentaram este estudo os seguintes autores: Alencar (2010); Andrade (2006); Belik (2000); Campos e Cardoso (2004); Domingues (s.d); Ferreira (2004); França (2009); Guanzioli (2007); Leal (2010); Mattei (2006); Parente (2003); Raíces (2003); Schneider (2005); Scholz (2006) Vasconcelos e Monteiro (2004).

O capítulo 3 expõe a metodologia utilizada para a pesquisa, a fundamentação metodológica, os passos para o desenvolvimento do trabalho e forma como foi analisados os dados.

A apresentação e análise dos dados foram expostas no capítulo 4, constando gráficos, tabelas e dados importantes para a contextualização do objeto em estudo.

A conclusão foi exposta no quinto capítulo apresentando as reflexões e considerações finais.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos Históricos e definição do PRONAF

O Brasil é um país imenso, com muita riqueza natural e diversas culturas reunidas no seu vasto território. Apesar dessa riqueza toda, verifica-se um país com muitas desigualdades sociais. Ricos muito ricos e pobres muito pobres. Observa-se regiões desenvolvidas e lugares que enfrentam condições de dura pobreza. E, mesmo nas regiões fartas, existem brasileiros sem acesso à saúde, educação, moradia, trabalho dignidade e renda. No semi-árido piauiense vem sendo apontado problemas de políticas voltadas para a agricultura familiar desde o século passado, onde a agricultura constitui a principal atividade econômica para a obtenção de renda e trabalho. Segundo Alencar (2010 p 27):

O semiárido piauiense apresenta ainda alta taxa de mortalidade infantil, de analfabetismo, de desigualdade social presente na baixa renda domiciliar per capita, na concentração da terra e no elevado número de agricultores familiares pobres com pouca terra e sem acesso a terra, além da pobreza econômica e social dos municípios que têm a maior parte de suas receitas provenientes de transferência de recursos do governo federal. A situação é agravada pela situação do Estado, que é um dos mais pobres do País, cuja população está concentrada na capital, seguida das cidades médias em que a maior parte da população sobrevive do trabalho informal.

Observa-se que na realidade, a atividade agrícola e pecuária predominante no Estado, não garante um retorno financeiro favorável aos produtores e seus familiares para melhorar de vida, por devido à falta de condições estruturais, técnicas e de transporte, obrigando a agricultor comercializar seu produto, quando ele produz, abaixo do custo de produção. Segundo o Banco do Brasil S.A. (2011), surge em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Governo Federal, onde destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Para Schneider (2004), diante do cenário econômico e ambiental o volume de recursos vem aumentando progressivamente desde 1997, o que significa uma possibilidade concreta de acesso ao crédito a um número maior de agricultores familiares, considerando os diferentes graus de inserção nos mercados e as distintas

regiões do país. Desde a sua criação, o Programa tem sofrido constantes ajustes visando corrigir a forte concentração dos recursos do programa na região sul do país verificada nos seus primeiros anos de existência. Para o BB (2011), o PRONAF foi criado para valorizar o agricultor que trabalha junto com a família no campo e é um dos principais responsáveis pela produção dos alimentos que chegam diariamente à mesa de todos os brasileiros. Acredita-se no potencial e na diversidade da agricultura familiar e que, cada vez mais, ser o grande parceiro, contribuindo para que os agricultores tenham mais tranquilidade para produzir mais, com segurança e segurança. Ainda na perspectiva de Schneider (2004, p 18):

Nota-se que atualmente está havendo uma melhor distribuição dos recursos financeiros não somente entre as regiões brasileiras, mas também entre os diferentes níveis de renda dos agricultores familiares. Com isso, pode-se afirmar com segurança que o PRONAF se transformou em uma política pública de abrangência nacional.

O sucesso do agronegócio é de interesse estratégico do Brasil, uma vez que, além de gerador de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos municípios e isso se dá a desburocratização e aos ajustes de políticas públicas voltadas para esse setor, onde o crédito sempre foi a ação do PRONAF mais visível para o público em geral, uma vez que, promove o desenvolvimento e insere o agricultor familiar no contexto dos agentes econômicos do país.

Já para Vasconcelos e Monteiro (2004), no Estado, o PRONAF tem sido para os pequenos agricultores a alternativa de financiamento no Semi-árido piauiense, que antes viviam quase sempre à margem deste tipo de benefício creditício. As dificuldades para melhorar a produção, repousavam, ou na falta de linhas direcionadas especificamente a esta faixa de produtores, ou quando da sua existência, na excessiva burocracia que impunha enormes limitações para a disposição de financiamento, geralmente por exigências que os agricultores não estavam aptos ou não tinham condições de cumprir. “Nesse sentido, o PRONAF configura-se numa possibilidade de promoção do desenvolvimento local e de uma agricultura em bases ambientalmente mais racionais” (VASCONCELOS E MONTEIRO, 2004, p. 8).

De acordo com Alencar (2010, p. 22):

A adoção de uma política pública voltada especialmente para a agricultura familiar (PRONAF), e a preocupação com o desenvolvimento rural sustentável, com a inserção da abordagem territorial nas políticas públicas, tomam impulso no país a partir de 2003.

Percebe-se que foi iniciada uma profunda transformação nesse setor, com a profissionalização na gestão dos negócios, modernização dos empreendimentos e o volume expressivo da produção que vem sendo financiado com recursos públicos com juros favoráveis, sob o argumento de que a dependência climática é um risco adicional da atividade agropecuária.

Alencar (2010), descreve ainda que as políticas de planejamento e gestão do Estado para os espaços rurais e urbanos sempre tiveram tratamentos diferentes, privilegiando o planejamento do urbano, isolado do rural, com a valorização da indústria como forma de alavancar o desenvolvimento do País e resolver os problemas econômicos e sociais. Assim sua localização inicial nas grandes cidades, as políticas de planejamento do espaço promoveram um crescimento desordenado das cidades, transformando o espaço rural, não capitalizado, em um grande vazio demográfico. Já para Schneider (2005, p. 11):

Para que o PRONAF se torne um “instrumento” de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar regional, acha-se que são necessárias algumas mudanças. Estas modificações implicariam em o programa continuar o processo de incentivo a produção das unidades familiares como ele já vem realizando, mas também incorporar as dimensões da família como importantes ao estímulo da agricultura familiar.

Nota-se que desde sua criação, o BB tem a função de principal executor das políticas governamentais, suprimindo a maior parte das necessidades de crédito rural do País e com a contribuição do Banco, proporciona a melhoria na instrumentalização do crédito e na comercialização de produtos agropecuários. Para Mattei (2006), ao buscar mais pela descentralização das ações estatais, introduziram-se mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais.

No Governo de Lula com a expansão do crédito rural (PRONAF) e alguns pequenos outros microcréditos essa aproximação veio a consolidar-se, pois agora, a camada mais baixa tem acesso a um BB, visto por muito tempo como bancos dos

ricos. Tudo isso, somado ao avanço tecnológico veio a mudar profundamente o ambiente e o aumento da demanda de agricultores familiares á Agência do BB de Picos.

Figura 01: Visão externa da Agência de Picos – PI



Fonte: Arquivo do Banco do Brasil S.A. (2011)

O PRONAF é a principal política pública para apoiar a agricultura familiar, sendo executada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo em vista distribuição de renda e emprego no campo. De acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, existiam no Brasil, nesse ano, 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. De acordo com a metodologia adotada, desse total 4.139.369 são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de há (FRANÇA, 2009). O país tem uma população enorme ainda habitando o espaço rural e precisa desenvolver estratégias de trabalho e renda para essa população carente. Segundo as concepções de Ferreira (2004), o PRONAF, é uma das principais linhas de crédito para o apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, e estabelece no seu documento base o objetivo primeiro do programa que é:

Desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos, e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares (BRASÍL, 2002, p 7).

A agricultura familiar vem sofrendo os efeitos da má distribuição de renda. Por falta de uma política voltada para o desenvolvimento ações que busquem melhorias de trabalho e produção dos agricultores e agricultoras mais pobres. As políticas que

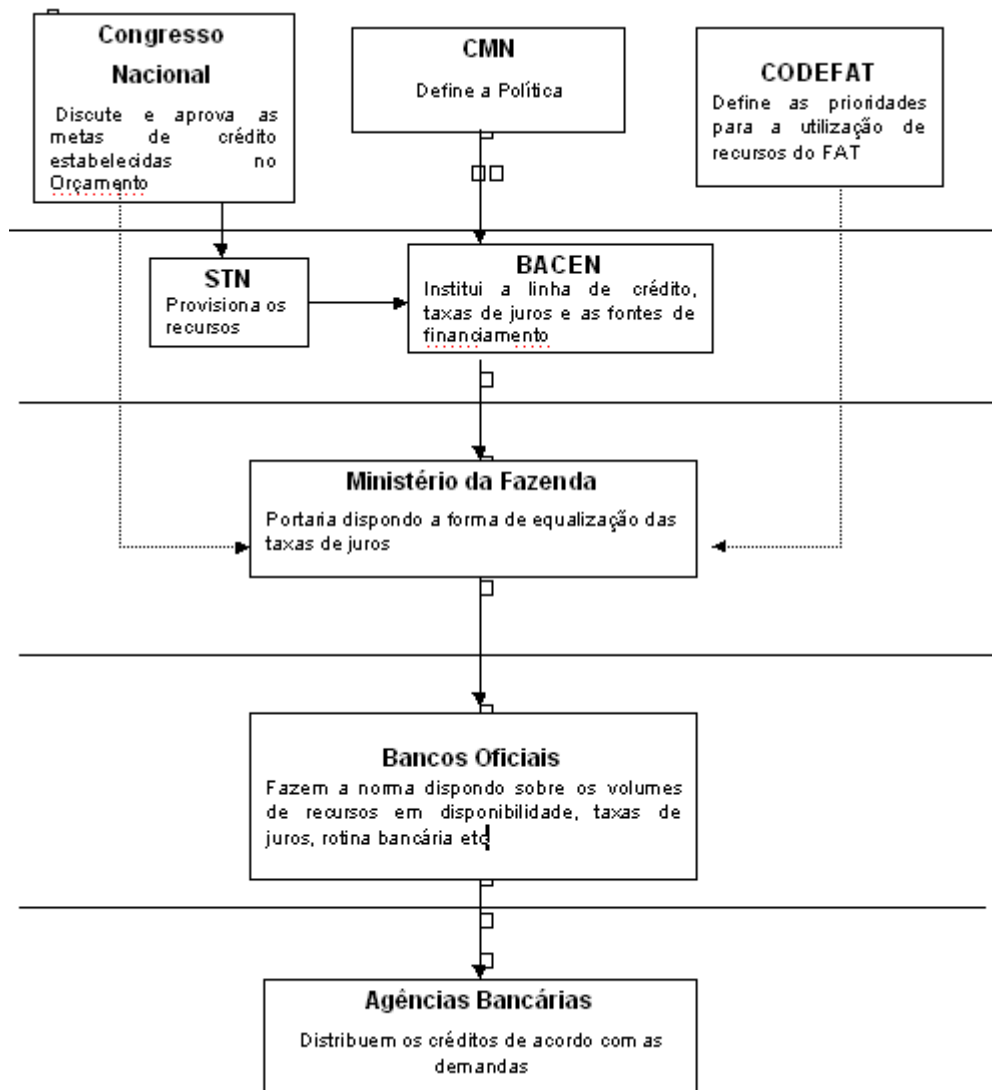
já existem estão beneficiando apenas aqueles que possuem maiores propriedades e melhores condições de produção. “O PRONAF tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio, aumentar sua renda e agregar valor ao produto e à propriedade” (Banco do Brasil S.A., 2011).

2.1.1 Localização e Liberação dos Recursos do PRONAF no Sistema Financeiro Nacional

Para Parente (2003) o sistema financeiro brasileiro é composto por 2.007 instituições, sendo 216 bancos e 1.235 cooperativas de crédito e 772 outras instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. O setor bancário brasileiro é de longe o maior e mais desenvolvido da América Latina. O Brasil é considerado um país relativamente bem servido pelo sistema financeiro se analisado sob a ótica da densidade de agências bancárias, em torno de 10 mil habitantes por agência. Ocorre que esse indicador encobre todo o problema da concentração geográfica, setorial e pessoal dos serviços financeiros que caracteriza o sistema financeiro brasileiro.

A existência de um setor bancário privado, dinâmico e orientado para o varejo e da histórica presença de bancos estatais voltados para o fomento, contrasta com a ausência de serviços bancários básicos e falta de acesso por parte da maioria da população, principalmente em pequenas cidades do interior. Para a liberação dos recursos o governo anuncia as medidas para que o crédito cheguem em mãos dos interessados (agricultores familiares), assim, o dinheiro percorre um longo caminho, para ser aprovado e liberado para as instituições financeiras oficiais. A figura 02 mostra as etapas pelas quais passam os recursos desde o seu anúncio até a sua disponibilidade são as seguintes:

Figura 2: Fluxograma da Distribuição dos Créditos do PRONAF



Fonte: Belik (2000)

O Governo primeiramente deve definir a demanda dos recursos para serem liberados, em seguida, o Conselho Monetário Nacional viabiliza as propostas, consequentemente o Banco Central edita a resolução e assim, o Ministério da Fazenda publica a Portaria e os Bancos preparam as normas e instruções para a concessão do crédito. As decisões não fluem diretamente e exatamente na sequência apresentada acima. Para Parente (2003) existem outras etapas intermediárias em que cada situação é analisada politicamente e negociada com outras instâncias do governo. Este é o caso da definição dos recursos para equalização. Enquanto não se decide como e o quanto de recursos será colocado a disposição para a equalização, os bancos oficiais não podem começar a operar.

Normalmente esta é uma longa discussão entre a área econômica e a área agrícola dentro do governo.

Segundo Parente (2003) a grande totalidade dos financiamentos de longo prazo é provida por bancos públicos através de linhas de financiamento especialmente desenhadas para promover atividades econômicas. Eles contam com fontes de recursos de fundos constitucionais, a exemplo do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, gerido pelo BNDES e FNE e FNO e FCO - Fundos de Desenvolvimento Regionais do Nordeste (gerido pelo Banco do Nordeste), da Amazônia (pelo Banco da Amazônia) e do Centro Oeste (pelo Banco do Brasil), respectivamente. Esses programas especiais são para investimentos fixos e/ou mistos de longo prazo e tem como taxa básica de juros a TJLP-Taxa de Juros de Longo prazo definida periodicamente pelo Governo, que tem oscilado entre 10 a 15% a.a.

2.1.2 Objetivos do PRONAF

Segundo Schneider (2004), o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. “O objetivo geral do PRONAF é proporcionar o aumento da produção agrícola, geração de ocupações produtivas e melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares” (MANUAL OPERACIONAL, 1996, p. 8). Cinco objetivos específicos completam os propósitos do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos; e) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (MANUAL OPERACIONAL, 1996, p 8).

Verifica-se que na década passada, foi marcada pela desordem financeira e administrativa do setor público, e, em conseqüência, trouxe consigo a carência de

recursos para o custeio dos serviços básicos e para os investimentos indisponíveis ao desenvolvimento do País e ainda, a corrupção, a sonegação e a inadimplência. Então o Governo lança políticas para controlá-los e, a partir de 2008 a economia brasileira começou a se estabilizar, proporcionando o acúmulo de reservas, a diminuição da vulnerabilidade externa, a manutenção da inflação sob controle e ampliação dos programas sociais, aumentando assim, a necessidade de investir nesse setor.

Para o Manual Operacional (1996), os créditos para investimento integrado coletivo com ou sem capital de giro associado, destinadas a associações, cooperativas ou outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários dos Grupos PRONAF C e D, destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários, bem como a realização destas atividades no curto prazo, segundo projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

2.1.3 Linhas de Crédito do PRONAF

A agricultura passa a ser vista como um setor de grande potencial para alavancar e diversificar as exportações. Com a liberação de recursos para conduzir o empreendimento do agricultor, o Banco está fortalecendo a atividade familiar, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, com elevação dos níveis de satisfação e bem-estar dos agricultores que são beneficiados com o crédito rural. O PRONAF criado em 1995, desenvolvido pelo Governo Federal, decorreu de mobilizações de organizações de trabalhadores rurais para a instituição de uma linha de crédito com normas mais justas e acessíveis (PRONAF, 2011). Os beneficiários do programa estão divididos em grupos. Cada grupo tem características próprias, como, por exemplo: condição do agricultor - proprietário, parceiro, posseiro, quilombola, assentado, etc.; área da propriedade; predominância do trabalho familiar e renda do produtor, onde essas características estão informadas na Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP. As principais linhas de crédito, assim, de acordo com Leal (2010), as linhas de crédito são:

- PRONAF A – Crédito disponível (30% de custeio e 70% de investimento) aos agricultores familiares beneficiários da Reforma Agrária ou do Crédito

Fundiário. A taxa de juros é de 0,5% ao ano e o prazo de pagamento de 10 anos, com até 3 de carência. O assentado pode financiar um limite de R\$ 21.000,00 e para estruturação complementar até R\$ 6.000,00. Na liquidação de cada parcela, é possível abater 44 % do saldo devedor;

- PRONAF A/C – Crédito de custeio para os agricultores familiares beneficiários da Reforma Agrária ou do Crédito Fundiário. A taxa de juros é de 1,5% ao ano e o prazo de pagamento de até 2 anos para custeio agrícola e até 1 para pecuário. O custeio assentado pode financiar um limite de R\$ 15.000,00 em três operações de R\$ 5.000,00;
- PRONAF B – Microcrédito rural - Crédito de investimento destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias para beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Destinados exclusivamente às famílias beneficiárias dos dois programas com renda bruta familiar anual de até R\$ 6.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais, podendo 70% da renda provir de outras atividades além das desenvolvidas no estabelecimento rural, com limite de financiamento de R\$ 4.000,00, taxa de juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 25% na liquidação. O prazo de pagamento limita-se a 2 anos, com 1 de carência e garantia pessoal. Se necessário, poderá ser cobrada uma taxa de até 3% para assistência técnica. Esse empréstimo destina-se a pequenos investimentos que gerem renda para a família;
- PRONAF C – Crédito de custeio para atender os trabalhadores rurais, agricultores familiares titulares de declaração de aptidão (DAP) emitida até 31/03/2008, os quais até 30/06/2008 ainda não tinham contratado as 6 operações de custeio com bônus. O limite de financiamento de custeio, isolado ou vinculado até a safra de 2012/2013, vai de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00. A taxa de juros é de 3,0% ao ano, sendo que os pagamentos na data do vencimento obtêm desconto de R\$ 200,00 por produtor. O prazo de pagamento de custeio agrícola é de até 2 anos e de custeio pecuário de até um ano;

- PRONAF Comum – Crédito de investimento e custeio disponível aos trabalhadores rurais e agricultores familiares com renda bruta familiar entre R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00. Abrange também os enquadrados no Grupo B exclusivamente para o custeio das lavouras de amendoim, girassol e mamona, com limite de até R\$ 6.000,00 e juros de 1,5%. Demais créditos de custeio com limite de até R\$ 30.000,00. Para investimento o limite é de até R\$ 36.000,00. As taxas de juros variam de 3% a 5,5%. O prazo de pagamento para investimento é de 8 anos com 3 de carência e, para custeio agrícola é de até 2 anos e pecuário de até 1 ano. Este grupo substituiu o antigo Grupo C, D, E, também conhecida como Linha V (Variável);
- PRONAF Agrinf – Linha de crédito de custeio para pessoas jurídicas via cooperativas, associações ou outras que tenham, no mínimo, 90% de seus integrantes ativos como agricultores familiares enquadrados no PRONAF. Financiamento para beneficiamento e industrialização de produção própria ou de terceiros. O limite de recursos coletivo é de até R\$ 2 milhões e o limite individual de R\$ 5.000,00 por sócio, associado ou cooperado. A taxa de juros é de 4% ao ano, com prazo de carência de até 12 meses;
- PRONAF Agroecologia – Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. Direcionada aos agricultores do grupo Comum, com limite de crédito de R\$ 36.000,00, juros entre 1 e 5% e prazo de pagamento de 8 anos e carência de três;
- PRONAF Agroindústria – Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e turismo rural. Possibilita o aproveitamento de produtos fora do padrão de comercialização, não compensando destinar para o mercado, tendo como alternativa agregar-lhe valor com outras opções (ex. doces, geleias, etc). Podem beneficiar-se dessa linha os grupos A, A/C, B e Comum. Limite individual de até R\$ 18.000,00, sob juros de 1% até R\$ 7.000,00 e 2% acima desse valor. Limite coletivo de R\$ 500 mil até R\$ 10 milhões. Prazo de pagamento de 12 anos e carência de quatro;

- PRONAF Cota-Parte – Financiamento de investimento para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento. O objetivo é o fortalecimento das cooperativas, permitindo o acesso organizado da agricultura familiar ao mercado. Limite individual de até R\$ 10 mil, coletivo de até 20 milhões, com juros de 4% ao ano. Custeio e comercialização de agroindústrias familiares - Crédito destinado aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros. Limite individual de até R\$ 5 mil, coletivo de até 2 milhões, com juros de 4% ao ano;
- PRONAF Eco – Linha para o financiamento de investimentos em técnicas minimizadoras do impacto da atividade rural ao meio ambiente que permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade se insere. Financiamento para projetos de tecnologias de energias renováveis e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. Pode beneficiar agricultores do grupo Comum. Limite de crédito de R\$ 36.000,00, com juros entre 1 e 5% de acordo com o valor financiado e prazo de pagamento de 8 anos e carência de três;
- PRONAF Floresta – Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas. Beneficia os agricultores do GRUPO A, A/C, B e Comum. Limites de financiamento de R\$ 10.000,00 e R\$ 7.000,00, respectivamente, com taxa de 1% e prazo de pagamento de até 12 anos e carência até oito;
- PRONAF Jovem – Crédito para jovens agricultores filhos de agricultores, entre 16 anos e 29 anos, como fomento ao empreendedorismo, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou hajam participado de formação profissional e preencham os requisitos definidos pelo

MDA. O limite de crédito é de R\$ 7.000,00, com juros de 1% e prazo para pagamento de 10 anos, com carência de três;

- PRONAF Mais Alimentos – Financiamento de propostas ou projetos de investimento para agricultores enquadrados no grupo COMUM com 70% da produção agrícola produzida por alimentos pré-estabelecidos e que fazem parte da formação da cesta básica brasileira (arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, açafrão sorgo e trigo) e para apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Limite de crédito entre R\$ 7.000,00 e R\$ 100.000,00, com juros de 2% e prazo de pagamento de 10 anos, com carência de três. Essa linha de crédito também possibilita a aquisição de máquinas e implementos agrícolas para tecnificar a agricultura familiar;
- PRONAF Mulher – Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora, beneficiária, esposa ou companheira para atividades não agrícolas (ex. artesanato) que se enquadram no grupo COMUM. O limite de financiamento é de até R\$ 36.000,00, com juros que variam de 1 a 5% e prazo para pagamento de 8 anos, com carência de três;
- PRONAF Semiárido – Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais outras (ex. poços, cisternas). Beneficia os grupos A, A/C, B e COMUM. O limite de financiamento vai até R\$ 7.000,00 por beneficiário, com taxa de juros de 1% ao ano e prazo de reembolso de 10 anos e carência de três;

Para Campos e Cardoso (2004) o PRONAF no estado do Piauí, é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que mantém parcerias com as Prefeituras Municipais, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETAG), EMATER, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), SEPLAN, INCRA, Delegacia Federal da Agricultura (DFA), Associação das Prefeituras Municipais do Piauí (APPM),

Conselhos Nacional, Estadual e Municipal e outras entidades não-governamentais representativas das comunidades.

O PRONAF é um crédito de caráter produtivo, que promove a inclusão do agricultor no mercado, a fim de buscar melhorias no setor rural, as linhas de crédito disponíveis, possibilita aos agricultores, escolher a melhor forma de obtenção do crédito, além de poder escolher a melhor forma de trabalhar, assim adequando as necessidades pessoais e coletivas.

2.1.4 Público alvo

De acordo com o MDA (2011b), o acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infra-estrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

Segundo Ferreira (2004), no que diz respeito à propriedade, os critérios estabelecidos sobre a posse da terra, a renda e a utilização de mão-de-obra familiar e de terceiros, é permitida a exploração da terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; a utilização da mão-de-obra deverá ser essencialmente familiar; e o local de residência poderá ser no estabelecimento rural ou em local próximo. Ainda é permitida a mão-de-obra terceirizada, desde que não ultrapasse duas pessoas.

Ferreira (2004), ainda afirma que para ter acesso ao crédito, o agricultor deverá obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF, conforme portaria do MDA nº 154/2002. A DAP constitui o documento suficiente para comprovação da condição de beneficiário do PRONAF do agricultor, pescador artesanal, extrativista ou aquicultor, bem como define a Faixa do programa a qual o beneficiário pertence. “Este documento deve ser emitido pelos Sindicatos, assistência técnica ou ainda

federação de trabalhadores, órgãos estes credenciados pelo PRONAF para emissão deste documento” (FERREIRA, 2004, p. 45). Então,

A Declaração de Aptidão é emitida com base nos critérios estabelecidos pelo programa para enquadramento dos beneficiários, devendo ser assinada por um representante do Sindicato e outro representante do órgão local de assistência técnica oficial (BRASIL, 2002, p. 13).

Verifica-se que a Declaração de Aptidão é um documento que enquadra o agricultor nos grupos do PRONAF de acordo com sua renda, produção e que deve ter todas as informações necessárias como: informações da terra, do agricultor, renda do mesmo, endereço e esse documento só é válido com a assinatura do órgão que emitiu e assinaturas do agricultor e sua esposa (se tiver), desde que essa Declaração esteja cadastrada no MDA para ter validade em todo território nacional.

Segundo o Banco do Brasil S.A. (2011), para que o agricultor tenha o direito ao acesso ao crédito, ele tem que residir na propriedade ou local próximo, e que o trabalho seja familiar, ter renda bruta agropecuária de até R\$ 110 mil e comprovar o enquadramento ao programa, além de ter 70% de suas rendas oriundas da agricultura e pecuária, devendo ter a DAP que é fornecida gratuitamente. De acordo ainda com Ferreira (2004), com as premissas do PRONAF, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) constitui-se em importante agente neste processo, que vai desde a identificação do beneficiário, elaboração de proposta técnica e econômica e acompanhamento técnico, tornando o empreendimento mais produtivo.

2.1.5 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Segundo o BB (2011) a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passará a ser regulamentada por uma lei, que muda a forma de contratação dos serviços de ATER. Os convênios serão chamadas públicas de projetos, que serão direcionadas a demandas específicas dos agricultores familiares. A contratação dos serviços atendidos à realidade local possibilitará ações que vão potencializar as vocações econômicas regionais.

Segundo o MDA (2011) as atividades, que mobilizaram técnicos das organizações de ATER credenciadas em todo o País, estão garantindo assistência técnica a 1,2 milhão de agricultores familiares. Vai garantir mais agilidade à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ofertada

gratuitamente em todo o País. O ATER passará a ser regulamentada por uma lei, que vai garantir eficácia à aplicação de tecnologias necessárias para aumentar a produtividade dos estabelecimentos familiares brasileiros. A Lei muda a forma de contratação dos serviços de ATER.

Para o MDA (2011);

a Assistência Técnica e Extensão Rural requer mudanças significativas na maneira de se promover o desenvolvimento. Sejam mudanças na forma de fazer agricultura, de conceber e desenvolver tecnologia, de processar e comercializar a produção, de tratar os recursos naturais, de estabelecer as relações humanas e institucionais [...].

A Assistência Técnica é realizada por entidades privadas aprovadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola- CEDERPA, essas entidades vão elaborar e prestar assistência técnica nos projetos decorrente da aplicação dos recursos do PRONAF.

2.1.6. Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Segundo o MDA (2011) o Zoneamento Agrícola é um trabalho de mapeamento do território que analisa o histórico do clima e as características do solo e da planta, fornecendo para cada município indicações de data de plantio de forma a reduzir a exposição do agricultor a riscos climáticos. O Zoneamento Agrícola foi desenvolvido pelo MAPA, com base em dados técnicos – científico como instrumento de redução do risco climático na atividade rural. Segundo o Banco do Brasil S.A. (2011) a adesão é estimulada por ser uma importante ferramenta de auxílio à tomada de decisão do produtor, quanto à época mais apropriada para o plantio e a cultivar, o Zoneamento Agrícola é divulgado através de Portarias pelo MAPA, contendo as seguintes orientações por município: tipos de solo aptos para o plantio e períodos favoráveis para o plantio. Os solos podem ser classificados como argiloso, arenoso e para cada tipo de solo tem uma classificação como tipo 1, tipo 2, tipo 3 e isso se dá pela textura do solo como: menos argila, mais argila, menos areia, mais areia.

A atividade agrícola e pecuária respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte.

No primeiro trimestre do ano-safra, são demandados recursos para o plantio (custeio) da safra de verão, também neste período há concentração dos pagamentos dos recursos emprestados na safra de verão do ano-safra anterior.

2.2. Histórico econômico e atividades desenvolvidas na microrregião de Picos

A atividade agrícola e pecuária desenvolvida na região do Nordeste, em uma das mais pobres regiões do país, tem importantes funções sociais, econômicas e ecológicas, pela capacidade de geração de ocupações, evitando o êxodo rural, principalmente para os jovens; de geração de renda, no contexto da crise das atividades das culturas agrícolas tradicionais e de conservação ambiental, á medida que uma atividade que depende da natureza preservada.

A cidade de Picos está localizada a quase 310 km da capital do Piauí, Teresina, e possui uma extensão territorial de 2.048 km², e uma população de aproximadamente de 71.120 habitantes de acordo com Censo Demográfico do IBGE (2010), fica na região centro-sul do Piauí, situado em picos montanhosos e no cruzamento de varias rodovias. Ultimamente Picos tem-se notabilizado pelo crescimento, tanto na produção quanto na qualidade de seus produtos oriundos da agricultura e pecuária.

Figura 03: Localização da cidade de Picos no Estado do Piauí



Fonte: IBGE (2011)

De acordo com o estudo realizado por Lima, Abreu e Lima (2000), para o qual o semi-árido piauiense é composto por 156 municípios, onde foram privilegiados os aspectos de clima, vegetação, solo, relevo e hidrografia no contexto ambiental. Verifica-se que o Piauí é um dos poucos Estados do país que reúne as condições favoráveis para a atividade agropecuária.

Segundo Alencar (2010, p. 174):

As atividades produtivas predominantes no Território são a criação de pequenos animais e a agricultura de sequeiro, praticada pelos agricultores familiares para subsistência. O agronegócio apresenta-se como uma atividade que vem merecendo destaque com o aproveitamento do potencial apícola para a produção de mel, comercializado no mercado nacional e com algumas entradas internacionais nos mercados dos EUA e da Europa. Outras atividades de destaque são ainda: a cajucultura e o artesanato em cerâmica.

Percebe-se que o Estado está se destacando no mercado nacional, tanto na agricultura como na pecuária, o elevado número de apicultores, se dá pela isenção de contaminação da flora apícola piauiense com agrotóxicos está diretamente relacionada ao tipo de agricultura praticada no Estado, com baixo índice de utilização de insumos químicos, o que favorece a produção de um mel sem contaminação. A região também é uma das poucas do mundo com possibilidade de produzir mel orgânico em grande quantidade, devido á grande diversidade florística e de micro climas. Com a criação da Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro – CASA APIS foi a forma encontrada pelos apicultores da Região Nordeste, notadamente do semi-árido brasileiro, para a resolução dos principais entraves da apicultura relativos à falta de recursos individuais para investimentos, localizada. O forte apelo do mercado consumidor para produtos mais saudáveis e isentos de contaminação com agro-químicos tem ampliado a demanda pelo produto no mercado externo, com destaque para o mercado da União Européia e dos Estados Unidos tem estimulado a produção de mel na Região Nordeste.

Ainda segundo Alencar (2010, p. 175):

São atividades econômicas estagnadas no Território: avicultura, criação de bovinos para leite, ovinocaprinocultura e fruticultura. As atividades em expansão são a apicultura, cajucultura, plantação da mamona e feijão, o turismo ecológico e cultural e o beneficiamento do umbu; a produção artesanal artística, lúdica, utilitária e de alimentos que utilizam como matéria-prima fibras, fios (algodão), argila, palha, frutos exóticos, sementes,

plantas medicinais, madeira, farinha de mandioca, mel, plantas ornamentais e tantas outras se apresentam como alternativas.

Observa-se que o PRONAF foi efetivamente um marco na história das políticas para o campo, principalmente no Estado do Piauí onde finalmente reconhece a especificidade de agricultura familiar e implementa um conjunto coerente de medidas com a finalidade de apoiar a agricultura familiar no município de Picos, pois a apicultura e a cajucultura estão crescendo devido ao apoio do crédito.

De acordo com Vasconcelos e Monteiro (2004), a produção no semi-árido piauiense ainda é oriunda de práticas tradicionais e pouco competitivas, assim, a atuação desse Programa, infelizmente, não fugiu aos usuais modelos de combate à pobreza rural, que procuram reverter de forma imediatista e pouco eficaz, os efeitos causados pelos períodos de estiagem, pela miséria e falta de oportunidade de trabalho e renda. Ainda segundo os mesmos autores (2004), a economia dos municípios do semi-árido piauiense, ainda depende de ações governamentais, e são bastante vulneráveis à ação da hostilidade climática. A produção ainda é predominantemente de subsistência, com a adoção de práticas tradicionais de cultivo, que concomitante ao alto nível de concentração das terras, impossibilita o desenvolvimento de atividades em escala mais eficientes do ponto de vista da produtividade e economicamente rentáveis. Declaram os autores que o agricultor ainda não tem como produzir para aumentar a renda, mas para a subsistência, os agricultores precisam de programas e políticas voltadas para essa área, pois a Região do Piauí ainda tem poucas ações para o desenvolvimento do setor agrícola. Schneider (2005, p. 9):

Neste caso, a mudança que o PRONAF Crédito poderia incorporar é a de dar o financiamento não voltado à atividade agrícola específica (por exemplo, o cultivo de grãos), mas sim voltado à unidade de produção, deixando o agricultor avaliar e decidir em quais das suas atividades produtivas seria mais importante a aplicação dos recursos. Esta mudança significaria a possibilidade de opção para o agricultor familiar poder investir os recursos no que ele entender que é mais importante para a sua família, incluindo a produção para auto-consumo e as demais pequenas atividades produtivas que ele desenvolve dentro da unidade de produção que, muitas vezes, não possuem funções comerciais e nem de obtenção de lucratividade, mas sim visam à segurança alimentar e a garantia da reprodução social do grupo doméstico.

Com o apóio ao desenvolvimento rural do município, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. Está sendo executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. E com o apóio financeiro de que o segmento era carente, o BB é a principal instituição de crédito a atuar no Programa e, por isso seu maior financiador, além de visar o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento sustentável para o alcance de níveis de satisfação dos agricultores e consumidores, no que se refere a questões econômicas, sociais e ambientais.

Segundo estudos de Campos e Cardoso (2004), os estados nordestinos continuam enfrentando o grave problema da fome e das desigualdades sociais, gerado pelas poucas políticas públicas voltada para esse setor. Além disso, é necessário, portanto, que os gastos sociais do governo cresçam em consonância com os principais projetos de transformação social, como o PRONAF para poder possibilitar que os objetivos do programa sejam de fato alcançados.

Observa que a agricultura no Estado ainda é convencional por utilizar um sistema de plantio onde as técnicas de preparo do solo são realizadas através da movimentação total do solo com a utilização de implementos como arado, grade, escarificador, e outros. Assim, incorporar ao solo os restos de vegetais da cultura anterior para o desenvolvimento da nova cultura, mesmo assim, a terra no Estado é de alta fertilidade, o solo é naturalmente fértil, que não necessitam de adubações para a correção dos teores de fósforo ou potássio. Requer apenas a adubação de manutenção para a obtenção dos resultados esperados.

2.3. Impactos do PRONAF na agricultura familiar na microrregião de Picos

Com o acesso ao crédito menos burocrático, e políticas que estão melhorando as condições de trabalho no campo, o BB simplificou o acesso ao crédito e investiu em tecnologia dando mais agilidade ao processo e permitindo que um número maior de agricultores fossem atendidos. Para o Banco do Brasil S.A. (2011), com todas essas mudanças houve o fortalecimento na relação de parcerias entre o Banco e as entidades representativas dos agricultores, aumento da quantidade de contratos realizados no período de 2003 a 2007, que passou de 600 mil para mais de 1 milhão, maior número de agências do BB operando com o

PRONAF e melhor distribuição do crédito entre os agricultores. Dos 5.560 municípios do País, mais de 4.800 deles, ou seja, 88% são atendidos com créditos do PRONAF do BB onde o Banco é responsável por mais de 65% dos recursos aplicados pelo PRONAF, ou seja, a cada R\$ 100,00, R\$ 65,00 são pelo BB. De acordo com Campos e Cardoso (2004, p. 7):

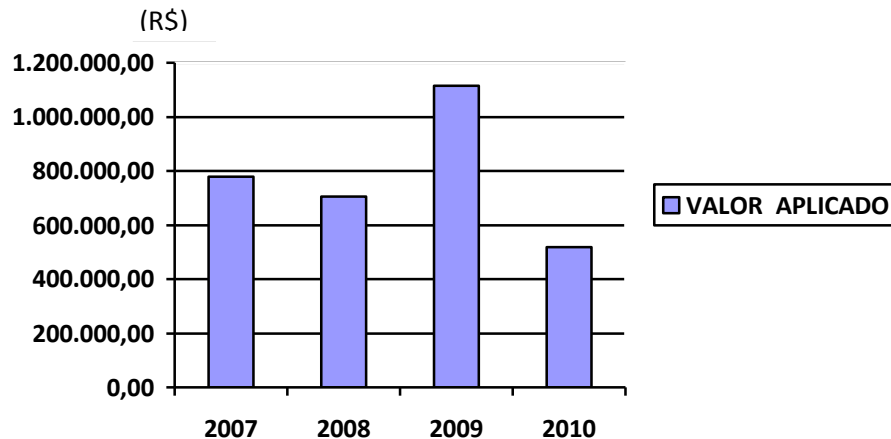
Os dados concernentes a esse Programa, revelam que foram investidos R\$ 270.531.125, 75 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos) de recursos no Piauí, com vista a realização de 204.904 contratos a partir de 1998, incluindo-se neste valor a previsão de investimento para o ano de 2005. Só para a região semi-árida os recursos totalizam R\$ 168.251.891,05 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e um reais e cinco centavos), com a implementação de 120.084 contratos de financiamento agrícola a partir de 1999, valor este que pode aumentar já que para o ano de 1998, não foram encontrados dados estratificados para o semi-árido.

Percebe-se que o PRONAF tem como objetivo ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida dos agricultores familiares do município de Picos; fortalecer o serviço de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, proporcionando-lhes a possibilidade de acesso a novos padrões tecnológicos e de gestão; favorecer o ingresso de agricultores familiares e suas organizações no mercado.

De acordo com o Banco do Brasil S.A. (2011), o PRONAF financiou em 2010, 78 mil famílias em seus projetos agrícolas e de pecuária investindo R\$ 115 milhões, o que beneficiou 300 mil pessoas do Piauí. São empréstimos que variam de R\$ 500 R\$ 100 mil, informa Alberto Araújo, analista da Superintendência do BB, que no ano de 2009 foram assinados 10 mil contratos de financiamento e investimentos no valor de R\$ 44,30 milhões, beneficiando mais de 40 mil pessoas e para este ano estima a assinatura de 18 mil contratos com financiamento de R\$ 65 milhões, um aumento em torno de 30% em relação aos contratos assinados em 2009. No gráfico 1 mostra os valores aplicados na microrregião de Picos, onde teve um aumento no ano de 2009 devido às condições favoráveis e a boa fase da cajucultura e a apicultura, onde o Estado está se desenvolvendo nesse setor devido, por ser um dos Estados do país a reunir as condições de recursos naturais e de exploração agrícolas propícias

para a produção do mel e por aplicar técnicas de manejos simplificados e a ausência de utilização de matérias ou produtos que contenham agrotóxicos, onde a atividade torna mais segura e com menos risco de contaminação, assim agregando valor ao produto.

Gráfico 1: Valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. na microrregião de Picos



Fonte: Adaptado da Superintendência do BB

Elaborado pelo autor

O Sr. Alberto Araújo informa ainda que, no ano de 2007 em Picos foram beneficiados 445 agricultores familiares sendo aplicado um valor de R\$ 777.913,00, no ano de 2008 foram beneficiados 424 agricultores familiares, sendo aplicado um valor de R\$ 705.997,00 e em 2009 foram beneficiadas 452 agricultores familiares, sendo aplicado um valor de R\$ 1.113.859,99, valor maior que no ano de 2010 que beneficiou 256 famílias e aplicou um valor de R\$ 518.224,00.

Segundo Mattei (*apud* ALTAFIN, 2006), o crédito do PRONAF mostra que os recursos direcionados ao financiamento da produção continuam concentrados nas regiões mais dinâmicas e que, da mesma forma como nas políticas públicas convencionais, o programa separa as ações sociais das econômicas e mantém como retórica a dimensão ambiental. Medidas voltadas à promoção da agroecologia, da silvicultura, da maior participação das agricultoras e jovens do meio rural e da inclusão de populações indígenas e quilombolas são pontuais e submissas aos instrumentos que alimentam a mentalidade produtivista e modernizante da agricultura brasileira. Verifica-se que os recursos do financiamento ainda estão concentrados nas regiões mais dinâmicas e que precisa de políticas públicas que

promova a inclusão social, o desenvolvimento e que seja uma política para todos, e não só para alguns. De acordo com Feijó (2003, p. 2), “a mera concessão de crédito não irá removê-los da condição de pobreza”. Para Alencar (2010, p. 195):

O Estado mantém o compromisso com a expansão do capital no espaço rural, a tendência à descentralização através da municipalização das competências federais, principalmente no que concerne à gestão territorial, entrando em contradição quando mantém os Estados e Municípios reféns de recursos necessários à permanência e manutenção dessas políticas mesmo de forma precária.

Busca-se diminuir a burocracia de políticas voltadas para o crédito, pois os modelos ainda utilizados estão ultrapassados, que mantêm ainda a forma centralizada, assim, dificultando o acesso ao crédito e a programas do Governo, uma vez que, esses programas são voltados para as classes mais baixas e os mesmos não tem conhecimento desses programas ou acesso.

Campos e Cardoso (2004) observam que a produção no semi-árido piauiense, repousa ainda em práticas tradicionais e pouco competitivas, assim, a atuação do PRONAF, infelizmente, não está atingindo seus objetivos, pois uma política de redução da desigualdade, um modelo de combate à pobreza rural, que procuram reverter de forma imediatista e pouco eficaz, os efeitos causados pelos períodos de estiagem, pela miséria e falta de oportunidade de trabalho e renda. Segundo a perspectiva de Mattei (2006, 53 p), “muitos estudos mostram que o PRONAF tem contribuído pouco no sentido de promover mudanças estruturais na área rural”. Para Alencar (2010, p. 201):

Ainda existe no País uma grande deficiência de agências bancárias nas pequenas cidades, em especial nas Regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste, dificultando o acesso aos recursos do PRONAF dos agricultores familiares que necessitam se deslocar para as cidades mais próximas do município. As dificuldades de deslocamento e acesso ocorrem em virtude da precariedade das rodovias, estradas e o custo com transporte e alimentação.

Percebe-se que o BB além da responsabilidade pela execução e viabilidade das políticas públicas voltadas, busca uma maior aproximação com seus clientes para o desenvolvimento do agronegócio – aí inseridas as ações relativas à reforma agrária, agricultura familiar – o BB privilegia o foco no cliente e a visão da cadeia

produtiva. O sentido de todo esse conjunto articulado de ações que envolvem o bem-estar do agricultor e o desenvolvimento da sociedade vincula-se à idéia de um processo construtivo.

Segundo Guanzioli (2007, p. 324), “um dos principais impactos foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas”. O autor explica que com a concessão do crédito permite que os agricultores possam ampliar a atividade explorada, assim tornar a atividade uma fonte de renda e trabalho para o agricultor. Verifica-se ainda, que o BB está tornando a agricultura familiar de Picos em uma das mais importantes fontes de emprego e geração de renda, pois o município está se destacando no ramo do agronegócio.

2.4. Economia solidária

Diante da crescente necessidade da geração de trabalho e renda e de inclusão social, surge essa importante ferramenta na tentativa de melhoria desses indicadores, de forma a contribuir para uma melhor qualidade de vida nas sociedades à qual está implantada. Segundo o MTE (2011), “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente”.

Já para Scholz (2009, p. 15), afirma que “As origens da economia solidária podem situar-se a partir das iniciativas cooperativistas em busca de trabalho e renda, reflexos da Revolução Industrial na Grã-Bretanha”. Para Domingues (s.d., p. 2):

O conceito de Economia Solidária encontra-se em sintonia com os princípios associados a outras práticas alternativas, como o comércio justo, os serviços de proximidade, as empresas de inserção, a responsabilidade das empresas, o marketing social, entre muitas outras.

Verifica-se que o BB de Picos, trabalha com visão negocial, acredita no desenvolvimento e tem um planejamento de oferta de produtos e serviços no médio e longo prazo, pois as oportunidades de negócio podem estar exatamente em acompanhar a trajetória do negócio do cliente, seu crescimento e superação

de obstáculos, onde é preciso olhar para o contexto econômico e político da região. De acordo com MTE (2011):

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Observa-se que a inserção do agricultor familiar no contexto da economia formal, com incremento na sua capacidade de produzir receita e renda, resgata sua cidadania e reduz desigualdades sociais, além de contribuir para a segurança alimentar, no momento em que amplia a capacidade produtiva do Estado. Domingues (s.d., p 7), ainda define “O desenvolvimento sustentável parte das pequenas ações individuais e locais, é necessário uma maior soberania alimentar, um maior cultivo de alimentos para consumo local”. Ainda segundo os conceitos de Domingues (s.d., p. 2),

A economia solidária é um conceito em evolução que apresenta modelos e propostas sustentadas em experiências bem sucedidas e sustentáveis, por agir transversalmente nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, a economia, o social, o ambiental, o territorial e o cultural.

Percebe-se que, na literatura há uma grande preocupação em relação à populacional excluída do mercado formal de trabalho, o que impulsionou diversas áreas de conhecimento a desenvolverem estudos e pesquisas sobre as possibilidades de inclusão sociais e econômicas. Para Scholz (2009, p. 23),

Uma das perspectivas presentes na economia solidária, além de se constituir em espaços territoriais próximos e com cooperados residindo neles, é a coletivista: as pessoas se ajudam, são solidárias umas com as outras, se unem e, com isto, ficam mais fortes. A competição é vista, basicamente, como negativa; embora, em certas circunstâncias, esteja presente.

Nota-se que o conceito contemporâneo de desenvolvimento local sustentado reconhece caber primordialmente à agricultura familiar, como uma forma de gerar renda e criar ocupações produtivas de forma desconcentrada, assim, garantir

suficiência, produtividade, qualidade, diversificação e continuidade a uma política de economia local.

2.4.1 Economia Solidária: Atuação em Redes

Atualmente, o debate sobre o fenômeno das redes está presente em diversas áreas do conhecimento humano, da geografia econômica, administração, economia industrial, regional e urbana e da sociologia nos estudos dos movimentos sociais. Discute-se o papel das redes enquanto um fenômeno que gera novas formas de cooperação, competição, informação, ou seja, novas articulações que ligam indivíduos, empresas, nações e localidades, implicando em uma nova estrutura para a sociedade. A importância do conceito decorre, em grande medida, da dinâmica econômica contemporânea, de intensificação da concorrência, gerando múltiplas formas de competição, cooperação e alianças estratégicas, como também provém das novas tecnologias da informação e comunicação, desmaterializando as fronteiras geográficas entre nações, cidades e regiões. Segundo Domingues (s.d., p. 8):

Os movimentos e ações pela economia solidária são cada vez mais visíveis e entraram no mercado global, embora exista já um diálogo (ou aproveitamento) com a economia neoliberal através da aposta a responsabilidade social das empresas, a economia solidária é realmente encarada como um outro modelo de desenvolvimento, não só econômico mas também humano, onde o marketing social, as finanças éticas (ex: microcrédito), as empresas de inserção social, o comércio justo e o consumo responsável, e também as novas tecnologias livres como os softwares livres e *wikis* (promotores do acesso gratuito à tecnologia e conhecimento, ex: *wikipédia*), fazem parte do seu desenvolvimento.

Verifica-se que o BB trata nesse contexto, como um segmento indissociável do desenvolvimento local, assim, consolidar esse segmento é uma questão estratégica, pela sua capacidade de geração de emprego, renda e alimentação e pela possibilidade de resgate da cidadania da população que vive no meio rural. Já para Scholz (2009, p. 31):

Ações de qualificação para a economia solidária devem fortalecer o seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, haja vista que as práticas dos atores envolvidos requerem o desenvolvimento de ações empreendedoras, com visão também empresarial, para serem sustentáveis; não buscando somente o lucro, mas sim melhores serviços para a

coletividade, promovendo o solidarismo, bem como sua dimensão emancipatória.

Este sentimento é reforçado na medida em que as redes sociais constroem projetos coletivos para atender necessidades identificadas pela própria comunidade, como qualidade de vida, desenvolvimento social, econômico, cultural e principalmente ambiental. A sustentabilidade dessas redes sociais caracteriza-se, na geração de trabalho e renda de forma igualitária, e na preservação ambiental, de maneira a desenvolver comunidades que primem pela coletividade e cooperação, objetivando uma melhor qualidade de vida tanto para as atuais gerações como para as futuras.

2.5 Cooperativismo

Diante do desemprego crescente das últimas décadas, observou-se que um significativo número de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho passou a buscar uma reintegração através de experiências econômicas de caráter solidário. Os saberes populares e solidários acumulados ao longo do tempo, no campo da produção e do trabalho, são suportes dessas experiências de formas associativas. Muitas dessas experiências buscaram constituir-se com base em concepções e relações de controle de auto-gestão, como por exemplo, o cooperativismo.

2.5.1 Desenvolvimento econômico e sustentável

O desenvolvimento está diretamente ligado à economia, pois ela é uma importante ferramenta para atingir bons níveis de crescimento. De acordo com a realidade mundial, a economia sustentável torna-se um tema relevante nas discussões e implementações de modelos que favoreçam a consolidação dos processos econômicos, atentando para os parâmetros ambientais que às regulam, sendo esse um dos principais paradigmas na construção de um processo econômico sustentável. De acordo com as concepções de Domingues (s.d., p 5):

O desenvolvimento baseado em indicadores econômicos, no consumo privado, nas exportações e importações e nos investimentos e custos do Estado, não deve ser valorizado em detrimento de indicadores qualitativos. A responsabilidade dos países em desenvolvimento, a exploração dos recursos, o tratamento desigual dado aos seus cidadãos e aos cidadãos do mundo, resultou em injustiças mundiais e naturais, colocamos a natureza como um valor material, um valor sem retorno, diluído no tempo e nos territórios de consumo.

A economia da sustentabilidade busca atingir os mais relevantes níveis de valorização em detrimento da natureza, facilitando a continuidade da construção de uma sociedade, econômica, social e ecologicamente sustentável, destacando-se pelo controle das ações conscientes, no intuito de atingir bons resultados que viabilizem não só o crescimento econômico, mas também a responsabilidade ecológica e social.

2.5.2. Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)

Nosso país é imenso e por isso suas regiões e lugares apresentam grande diversidade de traços culturais. Basta olhar o mapa do Brasil, de um extremo a outro, para perceber a grandeza de nossa gente, de nossas tradições, ritos e costumes. Por isso, para fazer negócios, é preciso estar atentos a essa diversidade cultural que essas regiões apresentam. As tradições e costumes de um povo, a convivência com a natureza, seu jeito de superar dificuldades, suas táticas para tirar o sustento da terra, as práticas sociais e atividades aprendidas com antepassados, tudo deve ser respeitado e aproveitado para desenvolver ações de DRS. O DRS apóia atividades produtivas sustentáveis; trabalha para transformar o potencial econômico das comunidades em negócios que preservam o meio ambiente, respeitam as diferentes culturas e promovem a igualdade social. Suas atribuições estão relacionadas à: Sensibilização e capacitação; Escolha da atividade; Equipe DRS; Elaboração de diagnóstico; Plano de negócios DRS; Análises; Implementação; Monitoramento e a Avaliação.

Pelo retrato do país, dá para notar que o grande desafio que cabe aos brasileiros, é realizar um modelo de desenvolvimento sustentável. E pra isso, é preciso o envolvimento de todos: governos, empresas, instituições de ensino (escolas e universidades), instituições financeiras, entidades não-governamentais e empresas de assistência técnica. Um negócio é sustentável quando explora

atividades que busca o equilíbrio entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais respeita a identidade cultural das comunidades ou regiões.

Desse jeito, é estimulada nas pessoas a vontade de crescer e de buscar novas opções de geração de renda. Quando isso é feito, a cultura empreendedora é encorajada e a partir daí, negócios que já existem podem prosperar e outros negócios podem surgir. Esse caminho fica mais fácil de trilhar quando é fortalecida a confiança e a cooperação entre as pessoas e comunidades (organização social), por meio da formação de associações e cooperativas. A elaboração dessa estratégia de atuação como foco pelo BB é catalizar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento, utilizando o PRONAF.

2.6. Inclusão Social e a “bancarização”

A melhor distribuição de renda reduz as desigualdades sociais, levando a uma diminuição da violência, dos problemas sociais com drogas, abandono de menores e doenças. Na medida em que as pessoas ganham mais, as empresas ampliam seus mercados, ou seja, têm maiores oportunidades para vender seus produtos. Aí, elas geram mais empregos e o governo arrecada mais impostos que são investidos em educação e saúde. E esse aumento do movimento dos negócios promove a inclusão bancária, pois a partir dos ganhos, as pessoas passam a ter acesso a serviços bancários, tais como conta corrente, crédito e uso de cartão, onde isso fortalece a cidadania. Segundo o Banco do Brasil S.A. (2011), o agricultor também pode contar com o cartão PRONAF que permite saque nos terminais de auto-atendimento BB e o pagamento dos bens adquiridos diretamente nas empresas agropecuárias. Pois os agricultores também podem contar com a Renovação Automática do custeio, pagando em dia, o financiamento pode ser renovado anualmente, por até seis anos, desde que as condições sejam iguais ao contrato original, como: área, valor e produto financiado, taxas de juros e local.

Assim o agricultor tem acesso a serviços do Banco, facilitando a inclusão social, podendo ser cliente alvo, onde uma vez que, fazer negócios no Banco, é preciso que o cliente tenha conta corrente, sucessivamente cartão. Identificando as facilidades e comodidade, o agricultor poderá buscar mais produtos e serviços bancários, tornando assim o progresso do desenvolvimento social.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Andrade (2006, p. 129) define metodologia como um “conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”, enquanto método para Cervo & Bervian (*apud* ANDRADE, 2006) é o conjunto de diferentes processos necessários para atingir um resultado desejado. Nas ciências, é um conjunto de processos que espírito humano de empregar na investigação e demonstração da verdade. A metodologia busca investigar a verdade através de procedimentos científicos.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é considerada do tipo básica, uma vez que não se tem, *a priori*, nenhuma intenção de aplicar os resultados obtidos com a investigação, nem se pretende aplicar os resultados obtidos com a investigação, nem a intenção de interesses comerciais, ou seja, a pesquisa tem o objetivo apenas de incremento do conhecimento científico (APPOLINÁRIO, 2006).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva. Em um primeiro momento, foram feitas pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas informais com pessoas ligadas ao programa no Banco do Brasil que possuem experiência no segmento, contribuindo sobremaneira para definir o problema mais adequadamente. Considera-se descritiva, por ter sido feita através de levantamento, tendo como fundamento a descrição das respostas obtidas a partir dos dados primários obtidos em campo.

O estudo ainda apresenta em sua maioria características qualitativas em razão da preocupação em demonstrar a real situação dos agricultores familiares do Estado. Segundo Oliveira (1999), a abordagem quantitativa é o método de quantificar opiniões, dados, forma de classificar e analisar os dados brutos, assim, com a forma de coleta de informações, sendo utilizado recursos e técnicas estatísticas. A pesquisa qualitativa, por sua vez, difere da abordagem anterior por não focar em dados estatísticos e sim, apresentar-se de forma adequada para poder entender a relação de causa e efeito do problema a ser pesquisado, assim chegando à verdade e a razão.

Define Marconi (*apud* ANDRADE, 2006, p. 127):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Por fim, como a intenção da pesquisa não foi obter um maior alcance, mas sim uma maior profundidade para compreensão do fenômeno, caracteriza-se quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa de campo (GIL, 2007). Foi ainda pelo interesse do pesquisador em tornar o estudo mais aprofundado, que decidiu-se pela investigação apenas na microrregião de Picos, em vez de sua macrorregião.

3.2 Fontes de pesquisa

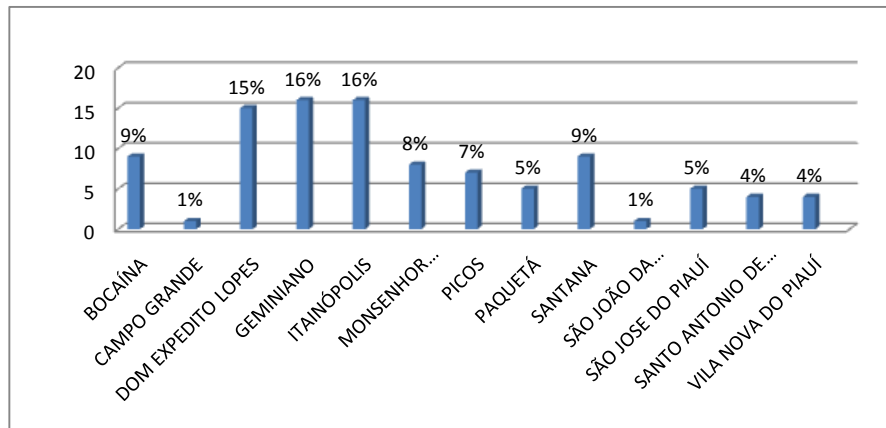
As fontes utilizadas foram as fontes primárias ou diretas que é a busca de dados brutos, que não foi coletado e nem analisado, onde foi realizado uma pesquisa aos agricultores da microrregião de Picos em busca de dados sobre o assunto para ser tabulados assim gerando informações acerca deste tema, e as fontes secundárias ou indiretas, ou seja, a busca de informações e pesquisas em dados que já foram coletados a respeito do assunto, tabulados e analisados e que estão disponíveis para a consulta (ANDRADE, 2006). Nesta prática quanto a obtenção de informações conceituais, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, revistas, artigos, trabalhos acadêmicos e na internet.

3.3 Universo e amostra

Segundo Oliveira (2001, p. 160), “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Ainda de acordo com Oliveira (2001, p 160), “amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo; é um subconjunto do universo”. De acordo com dados do BB, foram beneficiados no ano de 2010, 256 famílias na microrregião de Picos, sendo aplicado um valor de R\$ 518.224,00, assim, distribuídos e aplicados na agricultura e pecuária. Foram beneficiados os seguintes municípios: Bocaína; Campo Grande do Piauí; Dom Expedito Lopes; Geminiano; Itainópolis, Monsenhor Hipólito; Picos; Paquetá; Santana do Piauí; São João da Canabrava; São Jose do Piauí; Santo Antonio de Lisboa e Vila Nova do Piauí.

A amostra escolhida para compor a pesquisa foi classificada como não probabilística por acessibilidade, alcançando-se um total de 100 agricultores familiares, dispostos percentualmente conforme o gráfico 1 que segue.

Gráfico 2: Municípios da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro

3.4 Plano de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre os dias 31 de agosto e 21 de setembro do corrente ano. A partir de um formulário estruturado contendo 25 questões, tentou atingir os objetivos propostos e alcançar a resposta à problemática formulada inicialmente, visando a compreensão da real situação do programa na microrregião de Picos para posteriormente ser analisado e interpretado.

Quanto à obtenção de dados técnicos:

A coleta de dados constitui uma etapa importantíssima de pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Depois, será feita a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação dos dados (ANDRADE, 2006, p. 152).

Uma informação importante e que não pode ser deixada à margem do conhecimento dos interessados é que, inicialmente os formulários foram aplicados no banco, quando da visita dos agricultores à agência. Entretanto para concluir a

pesquisa, o investigador necessitou continuá-la em campo, visitando alguns beneficiados do programa. Tal motivo se deveu à greve dos bancos, onde não houve atendimento à comunidade durante algumas semanas.

Se por um lado, tal contratempo fugiu ao planejamento inicial feito pelo pesquisador, por outro lado, contribuiu para esta etapa ao passo que foi possível, através da técnica de observação assistemática, constatar *in loco* os dados que estavam sendo colhidos e descobrir a opinião dos pesquisados sobre o programa e os benefícios gerados.

3.5 Plano de tratamento dos dados

Uma vez coletados os dados, procedeu-se a fase de tratamento. Em virtude do número relativamente grande de formulários respondidos, o pesquisador necessitou utilizar recurso informático, a fim de verificar as possíveis perdas ocorridas em termos de respostas, permitir uma maior organização aos dados que até então estavam dispersos e garantir uma maior confiabilidade aos dados. Desta forma foram criadas tabelas no *Software Microsoft Excel* para cada uma das questões elaboradas no formulário, colocando-se os números absolutos correspondentes a cada uma das alternativas escolhidas pelos respondentes.

Posteriormente, para facilitar a fase seguinte, as tabelas criadas pelo *software* foram transformadas em gráficos para facilitar a leitura e apresentação dos resultados.

3.6 Plano de análise dos dados

A interpretação dos resultados consiste na última parte dos procedimentos de investigação. Nesse sentido, conforme sugestão de Oliveira (2001), os gráficos elaborados auxiliaram o pesquisador a compreender mais claramente o fenômeno e analisar os resultados obtidos na pesquisa. Ademais, as observações realizadas em campo, permitiram a interpretação mais subjetiva das variáveis levantadas.

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Características avaliadas

O presente estudo focou na Agricultura Familiar da microrregião de Picos, onde foi desenvolvida por meio da aplicação de 1 (um) formulário com 25 (vinte e cinco) questões fechadas para 100 (cem) agricultores familiares clientes do BB (centro) de Picos, tendo como objetivo investigar um padrão de desenvolvimento sustentável para o alcance de níveis de satisfação e bem-estar dos agricultores como: geração de renda; capacidade de geração de emprego; qualidade de vida e do produto; diversificação e a possibilidade de regate da cidadania da população que vive no meio rural.

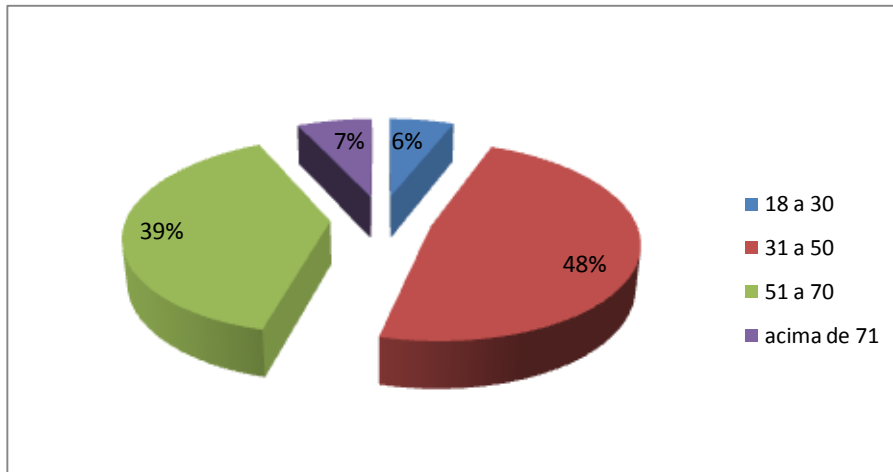
Dessa forma, como instrumento de coletas de dados optou-se pela elaboração de formulários com questões fechadas, destinadas aos agricultores da microrregião de Picos. Para tanto, o pesquisado não foi identificado de forma alguma, respondendo as perguntas de forma individual, com ajuda do pesquisador. A não identificação permite maior fidelidade dos dados, evitando sua contaminação por eventuais receios e/ou medos.

Logo após a etapa de coleta dos dados procedeu-se a etapa de análise e tabulação dos resultados obtidos culminando com elaboração do relatório monográfico da pesquisa realizada. Dessa forma, serão evidenciadas as questões relevantes e pertinentes a discussão da temática abordada nesse estudo.

4.2 Análise e resultados

Buscou-se saber quais os municípios a serem pesquisados. Nesse formulário verificou-se que 9% dos agricultores entrevistados são de Bocaína, 10% do Campo Grande, 15% de Dom Expedito Lopes, 16% de Geminiano e Itainópolis, 8% de Monsenhor Hipólito, 7% de Picos, 5% de Paquetá, 9% de Santana, 1% de São João da Canabrava, 5% de São José do Piauí, 4% de Santo Antonio de Lisboa e 4% em Vila Nova do Piauí, conforme demonstrado no gráfico 2.

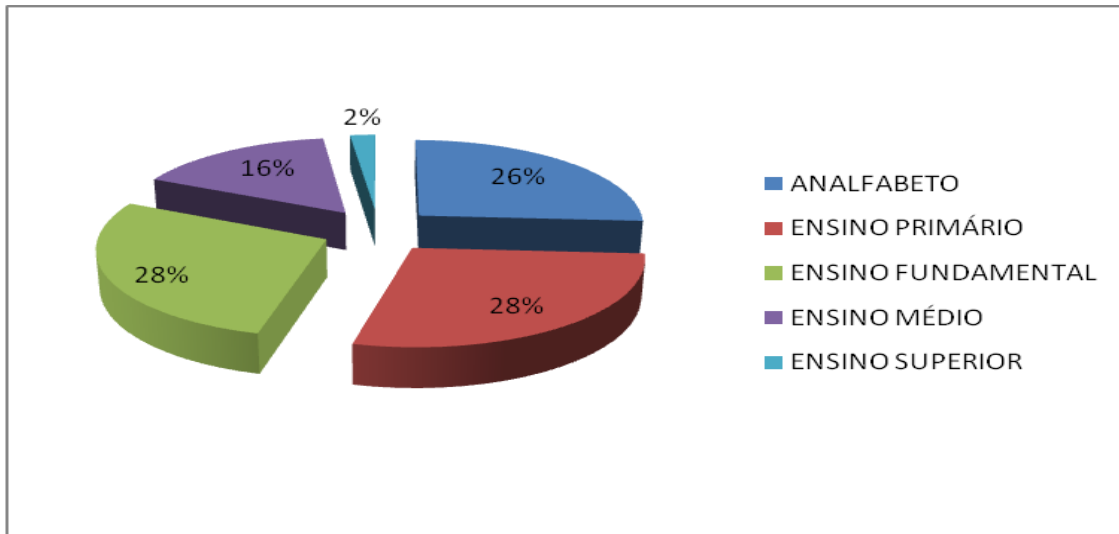
Gráfico 3: Faixa etária dos agricultores



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Em relação à faixa etária dos agricultores pesquisados, os entrevistados puderam responder uma única alternativa, tendo em vista que se busca a faixa de idade dominante na concessão do crédito no BB de Picos. Assim, 6% deles tem idade entre 18 à 30 anos, onde os jovens realmente estão buscando alternativas de vida na agricultura da microrregião, 48% deles responderam que tem entre 31 à 50 anos, mostrando que a maior parte dos agricultores estão na faixa intermediária, 39% deles responderam que tem entre 51 à 70 anos de idade, mostrando um elevado índice de agricultores com idade superior, ainda buscam fonte de renda e qualidade de vida na agricultura, onde para a maioria a agricultura é a única fonte de renda. 7% deles disseram que tem idade acima de 70 anos, o que significa que os agricultores estão inteiramente relacionados a agricultura familiar.

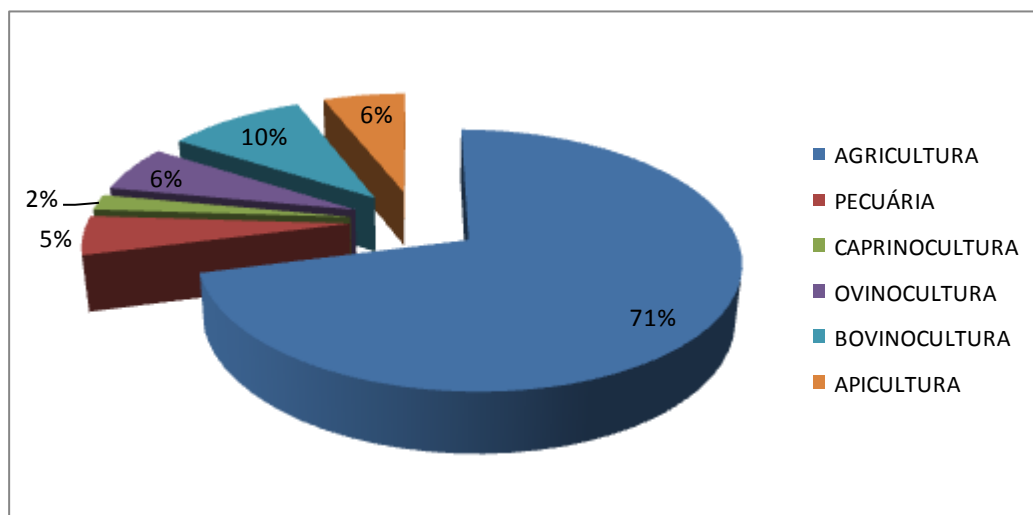
Gráfico 4: Escolaridade dos agricultores de Picos



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Em relação a escolaridade dos entrevistados da microrregião de Picos - PI. Obteve-se que os agricultores estão classificados como analfabeto. Hoje percebe-se que o analfabetismo está diminuindo conforme as estatísticas do IBGE. 28% tem o ensino primário, levando a comprovar que o grau de escolaridade dos agricultores na microrregião é baixo. 28% o ensino fundamental, 16% o ensino médio e 2% classificados como tendo o ensino superior. Assim, Percebe-se que o grau de escolaridade dos agricultores ainda muito baixo e dependem de programas do Governo para buscar um melhor grau de escolaridade.

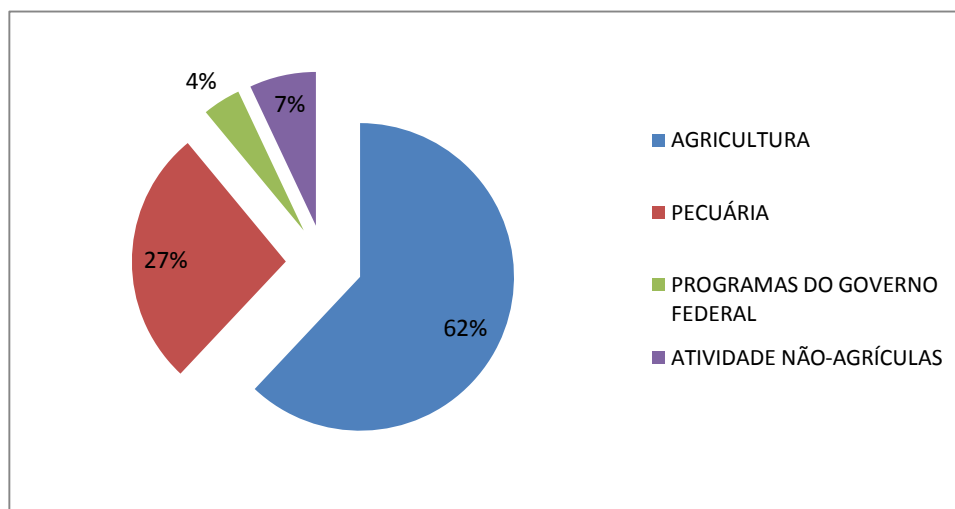
Gráfico 5: Atividade econômica dominante



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

A atividade agropecuária possui riscos adicionais se comparada aos demais setores produtivos. Esses riscos estão associados às intempéries climáticas, doenças, pragas e oferta concentrada nos períodos da safra, quedas e aumentos na produção, elevação e retração no consumo de cada commodity. Segundo Vasconcelos e Monteiro (2004) a produção no semi-árido, repousa ainda em práticas tradicionais e pouco competitivas, assim, a atuação desse Programa, infelizmente, não fugiu aos usuais modelos de combate à pobreza rural, que procuram reverter de forma imediatista e pouco eficaz, os efeitos causados pelos períodos de estiagem, pela miséria e falta de oportunidade de trabalho e renda. Sendo assim, a esse respeito, 71% dos agricultores entrevistados trabalham na agricultura, com plantações de mandioca; feijão; caju e milho, em seguida vem a pecuária com 5%, que vem a destacar a criação de outros animais não relacionados na pesquisa, onde destaca-se a bovinocultura com 10%, caprinocultura com 2%, ovinocultura com 6% e a apicultura com 6%, que hoje no Estado está crescendo bastante.

Gráfico 6: A renda familiar dominante

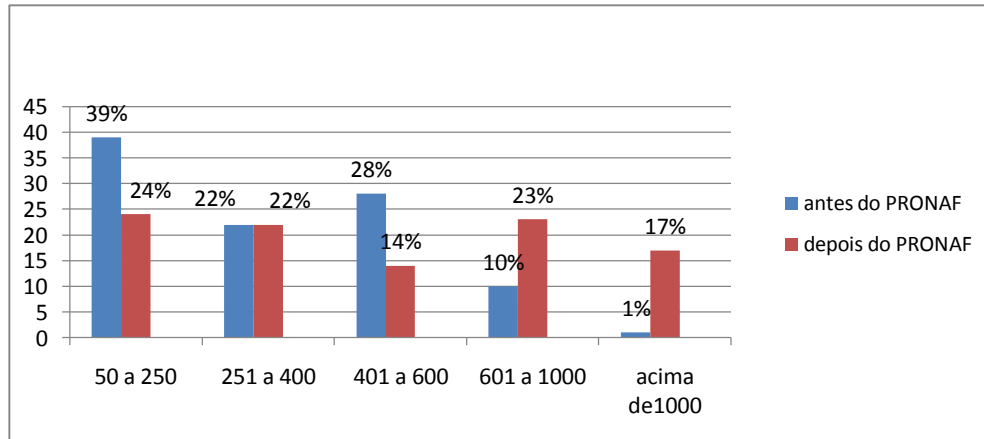


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Procurou-se investigar sobre a renda familiar dominante. Para essa questão 62%, disseram que sua renda é proveniente da agricultura familiar, mostrando que os agricultores hoje trabalham com plantações de mandioca, milho, feijão e caju, 27% destacam a pecuária, com criações de bovinos, ovinos, caprinos e a apicultura, 4% de programas do governo federal, famílias que dependem de programas como

bolsa escola, e 7% de atividades não-agrícolas. Isso revela que os agricultores ainda dependem de suas próprias forças para se sustentar.

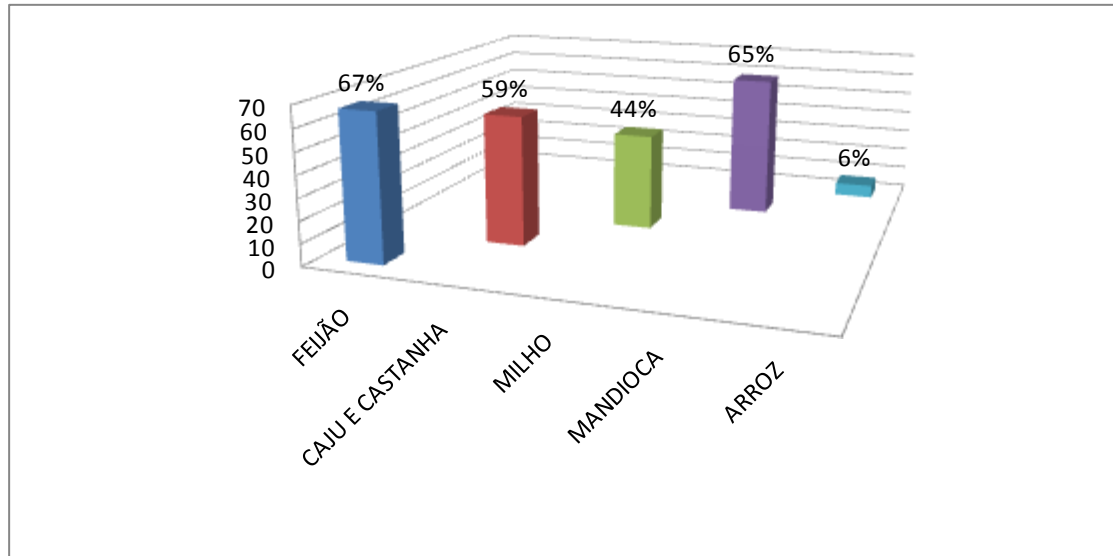
Gráfico 7: Renda mensal dos agricultores antes e depois do PRONAF



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Procurou-se saber se houve alguma alteração na renda familiar antes e após do PRONAF. Constatou-se que realmente a renda do agricultor familiar aumentou após o PRONAF, principalmente quando se refere a renda de 600,00 reais à 1000,00 reais e acima de 1000,00 reais que realmente aumentou e quando se refere a o antes do PRONAF verifica-se que diminuiu a renda entre as faixas de rendas mais baixas da pesquisa que é entre 50,00 a 400,00 reais. Assim constata-se que realmente o PRONAF melhorou a renda familiar dos agricultores na microrregião de Picos- PI. Onde esse índice verifica no aumento de bens de consumo.

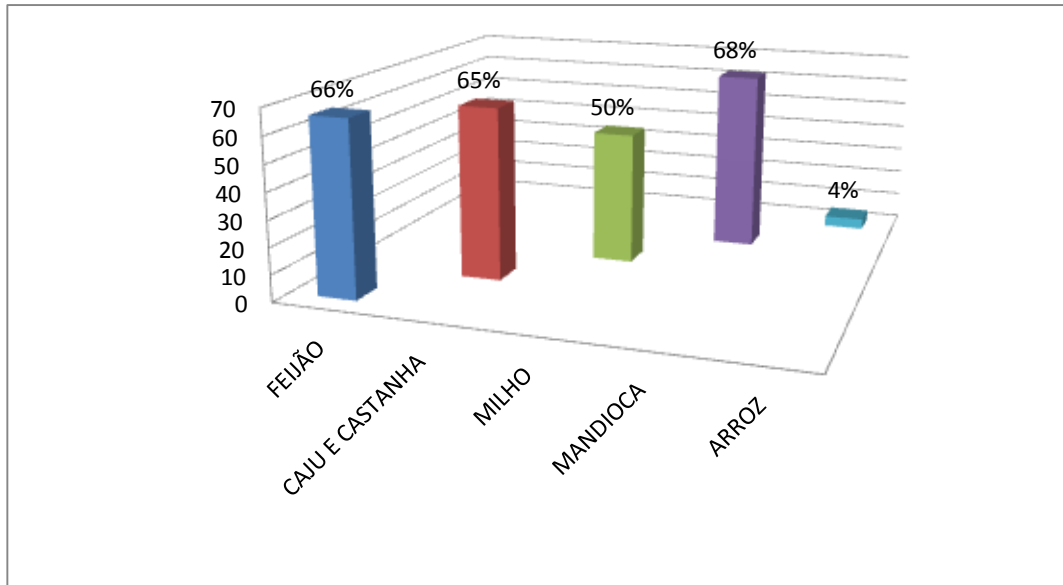
Gráfico 8: Produtos agrícolas cultivados antes do PRONAF



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Buscou-se saber quais os produtos agrícolas antes do PRONAF que o produtor rural trabalha, os entrevistados puderam responder mais de uma resposta, tendo em vista as suas culturas agrícolas. Verificou-se que mais se destacaram foram o feijão com 67%, a mandioca com 65%, seguida do caju e a castanha com 59%, de 44% do milho e 6% de arroz. Entende-se que o agricultor busca diversificar sua produção a fim de obter maior renda após as colheitas. A diversificação da produção leva o agricultor familiar a ampliar sua renda, buscar novas formas de plantio, além de melhorar a tecnologia e a fazer o plantio de forma a reduzir custos e a explorar a terra da melhor forma possível.

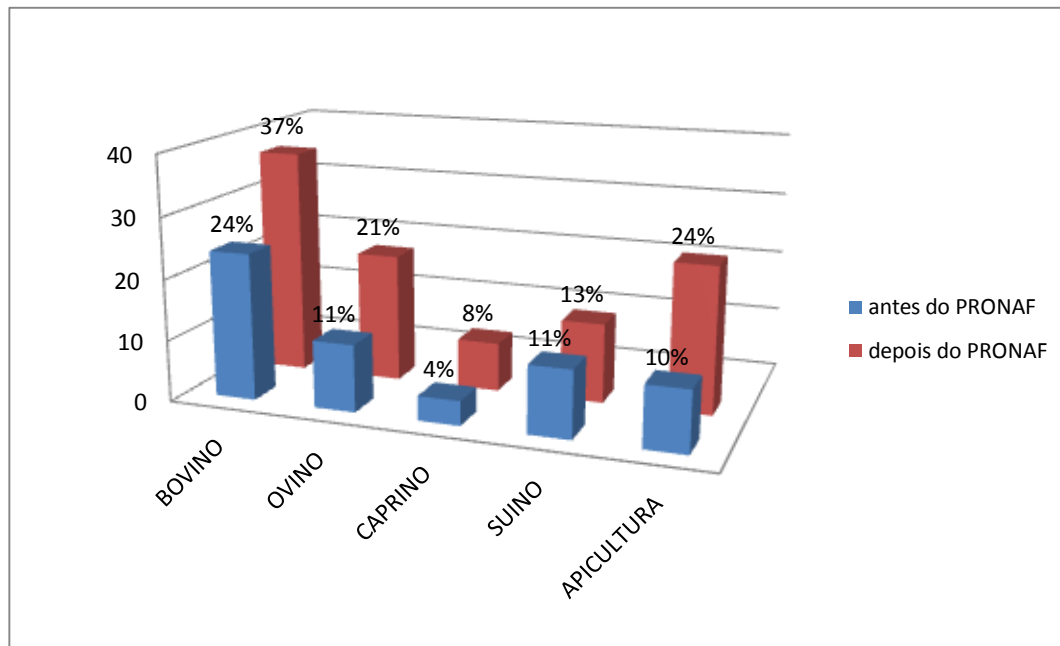
Gráfico 9: Produtos agrícolas cultivados depois do PRONAF



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Em relação aos produtos agrícolas depois do PRONAF que o produtor rural trabalha, os entrevistados puderam responder mais de uma resposta, tendo em vista as suas culturas agrícolas. Assim, verifica-se que as principais culturas são: com 68% da mandioca, produto bastante produzido na região, onde dela advém os produtos: goma; farinha, que dela serve para o sustento de muitas famílias do Estado. 66% do feijão, produto essencial para o lar da familiar brasileira, onde mostra o índice alto, e 65% de caju e castanha, produto bastante explorado na região devido a demanda e a abertura do mercado nacional para os esses produtos, seguida de milho com 50% e arroz com 4%. Verifica-se que nesta questão houve um aumento considerável nas principais culturas. Para Mattei (2006) com o impacto no ambiente socioeconômico local: a maior oferta de crédito estimula os agricultores familiares a expandir sua produção, gerando-se externalidades positivas sobre outros indicadores econômicos e sociais dos municípios beneficiados pelo programa. O agricultor busca com o crédito melhorar seu plantio, com segurança, qualidade e buscar novas formas de ampliar seus negócios, onde hoje no mundo globalizado o agricultor deve está inserido na sociedade, de forma a interagir com os consumidores, com a sociedade e com órgãos especializados.

Gráfico 10: Pecuária antes e depois do PRONAF

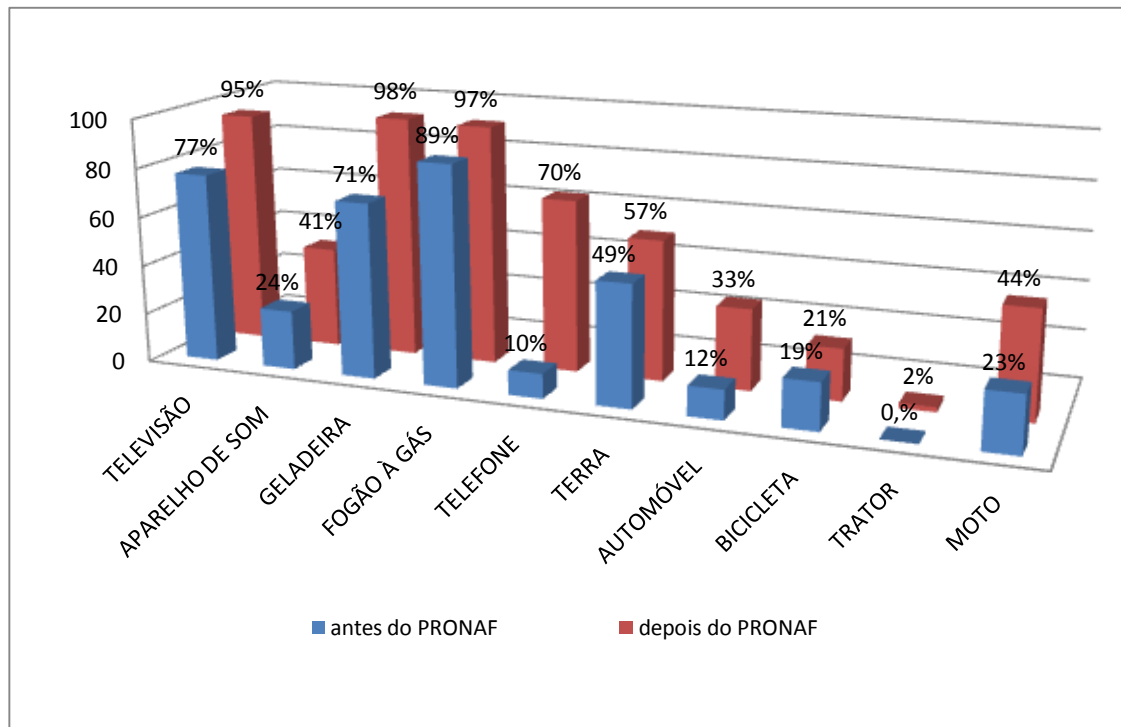


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Questionou-se quais os animais criados antes e depois do PRONAF. Sendo que os entrevistados puderam responder mais de uma resposta, assim, antes do PRONAF, 24% criam bovinos, 11% ovinos, 4% caprinos, 11% suínos e 10% apicultura. E depois do PRONAF, 37% criam bovinos, mostrando um elevado índice, pois está crescendo no país a bovinocultura, devido a preços, custos, investimentos do Governo. 21% ovinos, 8% caprinos, 13% suínos e 24% para a apicultura que houve um aumento elevado devido às condições para esse cultivo.

Dessa forma, vale mencionar que realmente houve um aumento na produção de animais na microrregião de Picos, principalmente na apicultura que está se desenvolvendo bastante na região, conforme já apontado no gráfico anterior.

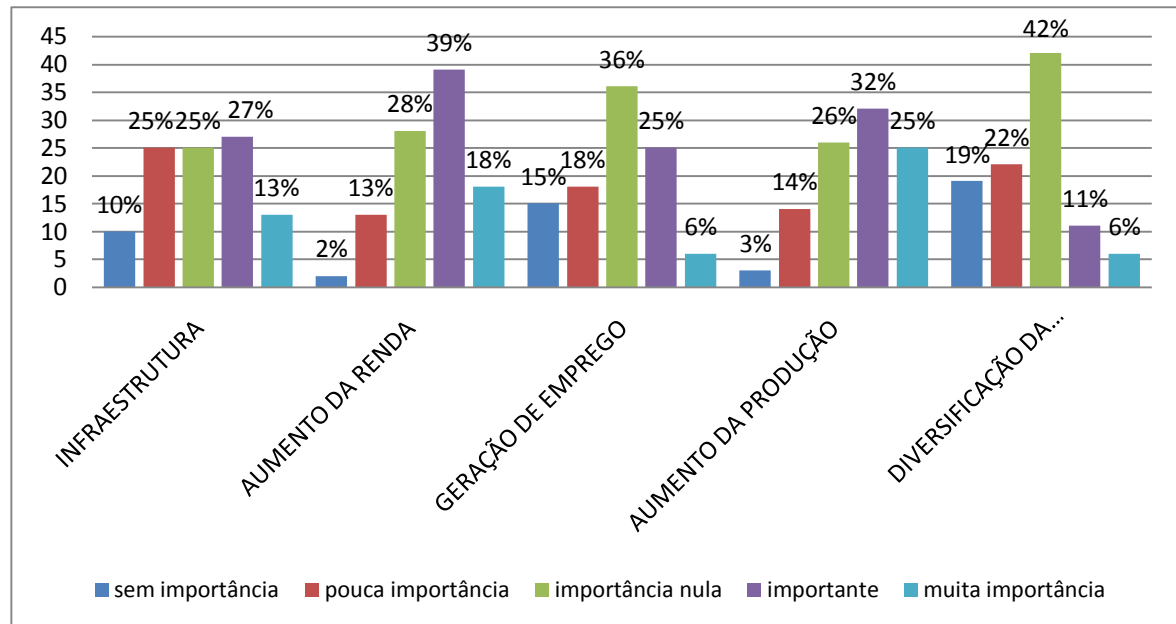
Gráfico 11: Bens de consumo duráveis antes e depois do PRONAF



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Observa-se que realmente teve um aumento no consumo de bens duráveis, principalmente no que se trata de comunicação e transporte. Diante disso, pode-se dizer que a aquisição de bens se deve ao aumento da renda. É intenção, objetivo do PRONAF melhorar a qualidade de vida das famílias dos agricultores, pois faz com que o dinheiro investido, seja circulado na cidade, levando mais renda e geração de empregos na cidade, movimentação maior dos agricultores, tornando-os mais adaptados a vida social.

Gráfico 12: Importância dada aos itens pelo agricultor após o acesso ao PRONAF (sendo o 1 menos importante e o 5 o mais importante).

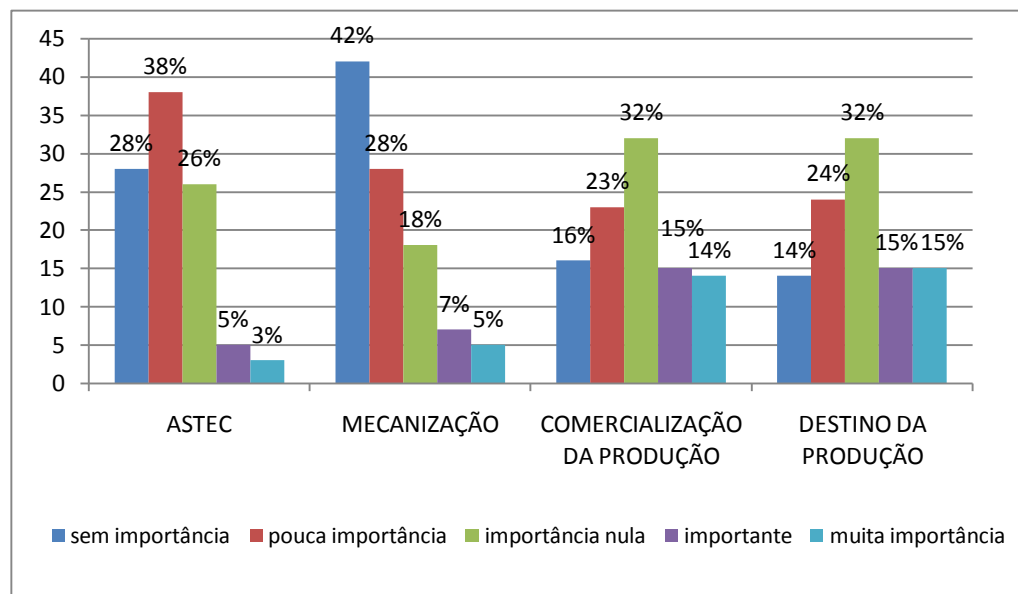


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

A questão, procurou identificar quanto á importância dada pelo agricultor aos itens acima após o acesso ao PRONAF (sendo 1 o menos importante e 5 o mais importante). A esse respeito, os agricultores ressaltaram que a infraestrutura tem grau de importância 4, os agricultores vêem esse item de extrema importância para a agricultura, na busca de novas formas de buscar a eficiência na produção e produzir de forma sustentável, com 27%, para o aumento da renda ressaltaram que o grau de importância é 4 com 39%, o agricultor também da importância alta para a renda, pois a renda é essencial para a sobrevivência das famílias no campo, seguindo, a geração de emprego teve grau de importância 3 para os agricultores, o PRONAF é um programa que é para ter a mão-de-obra familiar, então, o grau de importância é devida. Com 36%, para o aumento da produção teve grau de importância 4, os agricultores ressaltaram a importância deles no aumento da produção, conforme a pesquisa, a produção dos agricultores aumentaram. Com 32% e para a diversificação da produção teve grau de importância de 3 com 42%, a diversificação da produção é importante, pois é mais uma alternativa de melhorar a renda da família. Para Ferreira (2004) os problemas relacionados a produção, diminuindo a relação entre os custos e a renda obtida, torna-se ainda mais grave em virtude da deficiência nos sistemas de armazenagem, conservação e distribuição da produção, que não possibilitam ao agricultor alcançar mercados e preços mais

favoráveis, configurado, muitas vezes, pela venda imediata da produção após a colheita quando então os preços dos produtos não são os mais favoráveis ao produtor em razão da grande oferta, bem como a dificuldade da busca de mercados mais vantajosos. Já para Vasconcelos e Monteiro (2004) a produção no semi-árido piauiense ainda é oriunda de práticas tradicionais e pouco competitivas.

Gráfico 13: Importância dada aos itens pelo agricultor após o acesso ao PRONAF (sendo o 1 menos importante e o 5 o mais importante).



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

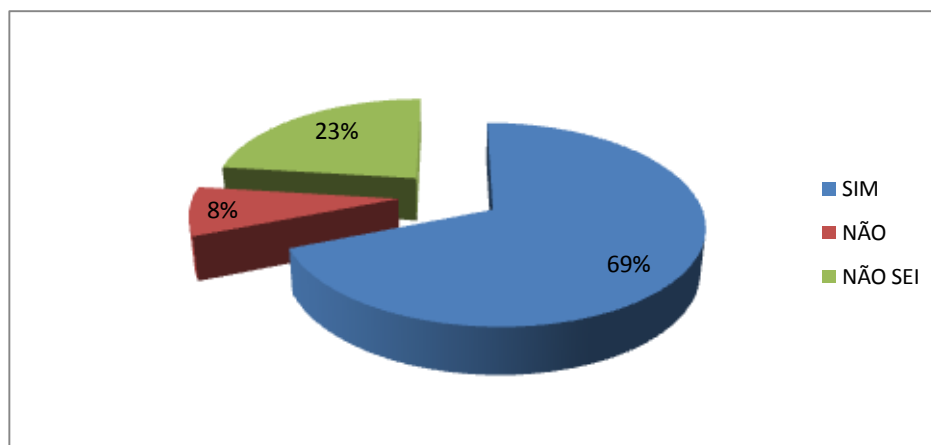
Para a assistência técnica, os agricultores deram um grau de importância 2 com 38%, assim não atendendo as suas expectativas e fazendo com que o agricultor seja o maior prejudicado, onde a assistência técnica é um acompanhamento da produção, buscar a melhor forma de plantio sem degradar o meio ambiente. Para a mecanização o grau de importância foi 1 com 42%, sendo assim o menos importante para os agricultores na produção. A comercialização da produção como ressaltou o agricultor familiar, teve grau de importância 3 com 32%, a comercialização é importante, pois é como o agricultor vende seus produtos, onde muitas vezes os agricultores vendem seus produtos com preços baixos, sendo os mais prejudicados por não terem um conhecimento devido e para o destino da produção que teve grau 3 com 32%. Para Pinto (2004) é na comercialização que se recupera todo o investimento do trabalho aplicado, tanto mais na agricultura, cujos

produtos são perecíveis e a safra está pronta em determinado período do ano, já que a produção agrícola tem um ciclo biológico e depende da natureza. Para Alencar (2010) No que se refere à mecanização na agricultura de Picos, pois existe o predomínio da mão-de-obra familiar e uso de tecnologias mais tradicionais com utilização da tração animal, mais viável para a pequena propriedade e a agricultura familiar. Elias (1996, p. 2) ainda menciona:

Antes do processo maciço de difusão de inovações na agricultura, a produção destinada ao autoconsumo ainda ocupava grande parte da força de trabalho a ela dedicada, especialmente no Terceiro Mundo. Mas, hoje, a produção agrícola tem seu funcionamento cada vez mais regulado pela economia de mercado, objetivando a troca, através do comércio, em função das demandas urbanas e industriais, ficando restrita a poucas áreas a produção de subsistência.

O agricultor vêm percebendo que é preciso inovar, mudar, buscar novos consumidores, clientes para seus produtos, mas a produção agrícola limita-se ainda devido aos métodos de plantio, onde têm a falta de tecnologia, capital, terra e isso leva-os a buscar o crédito para melhorar e ampliar seus negócios perante seus concorrentes. Já para Vasconcelos e Monteiro (2004) a produção no semi-árido piauiense ainda é oriunda de práticas tradicionais e pouco competitivas.

Gráfico 14: O BB tem ações voltadas a estimular uma postura mais participativa dos agricultores.

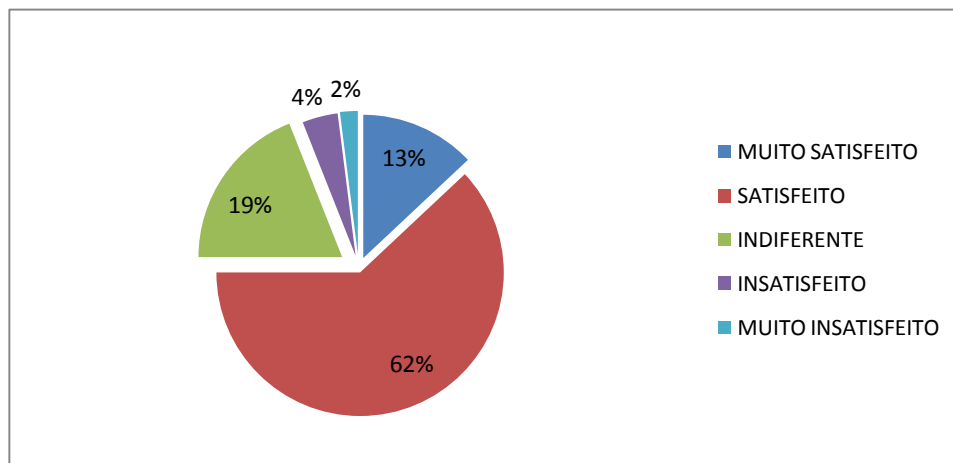


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Nessa questão, buscou-se dos agricultores se os mesmos tiveram uma postura mais participativa na sociedade. 69% ressaltaram que sim, que tem uma interação maior na sociedade, 23% ressaltaram que não sabem e 8% ressaltaram

que não. Observa-se que realmente os agricultores estão mais participativos no que se trata de reuniões, palestras e uma maior interação com os comerciantes. Segundo Mattei (2006) os agricultores e outros agentes locais de desenvolvimento passaram a ter voz no debate sobre os programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar. Assim, verifica-se que o programa procura estimular a participação dos beneficiários nas tomadas de decisões, como forma de criar uma cultura de participação política que, paulatinamente, fosse capaz de discutir e propor diretrizes necessárias à formação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável ancorado na agricultura familiar. Já para Leal (2010) o PRONAF se apresenta como crédito produtivo que visa promover a inclusão socioeconômica do agricultor familiar via inserção produtiva no mercado, a fim de fomentar o empreendedorismo no meio rural.

Gráfico 15: Satisfação com serviços e produtos oferecidos pelo BB

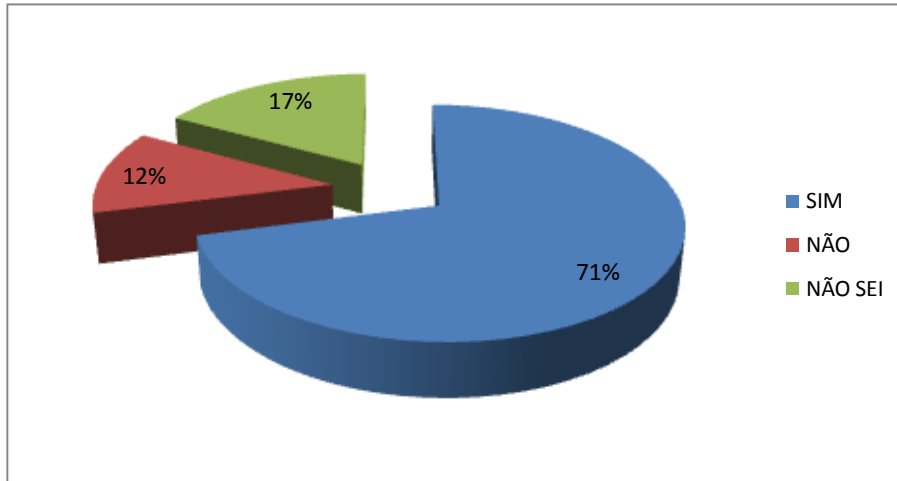


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Em seguida, a pesquisa buscou descobrir o grau de satisfação dos agricultores com os serviços e produtos do BB. 62% ressaltaram que estão satisfeitos, a satisfação é de extrema importância, pois é um objetivo do PRONAF ver o agricultor satisfeito com o crédito, formas de pagamento, taxas de juros, atendimento, produtos oferecidos do banco, como: conta corrente, cartão e sua produção. 19% ressaltaram que estão indiferentes, 13% disseram que estão muito satisfeitos, 4% estão insatisfeitos e 2% muito insatisfeitos. Os agricultores realmente estão satisfeitos com os serviços e produtos do Banco. Uma vez que, o Banco

disponibiliza além do crédito, conta corrente e cartão para o agricultor poder fazer o saque ou pagamento dos produtos agrícolas comprados em empresas credenciadas com o Banco.

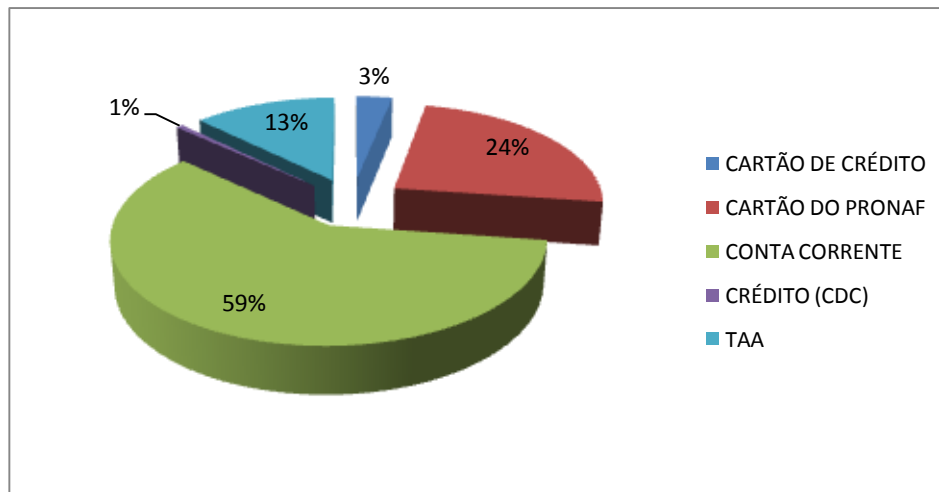
Gráfico 16: Maior valorização do produtor rural na sociedade



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Na questão, indagou-se a respeito da valorização do agricultor na sociedade. A esse respeito, 71% dos entrevistados disseram que sim, 17% disseram que não sabiam e 12% disseram que não. Os agricultores ressaltaram que após a concessão do PRONAF passaram a ser mais valorizados, passando a ser bem mais visto na sociedade. Para Mattei (2006) o consenso entre analistas que a agricultura familiar, devido ao tratamento mais adequado que vem sendo dispensado ao setor pelos órgãos públicos, passa a ter seu reconhecimento também de outras esferas da sociedade brasileira, não somente em função da expressão econômica e social, mas fundamentalmente porque a agricultura familiar é um sistema produtivo que promove a inclusão social no cenário produtivo do país.

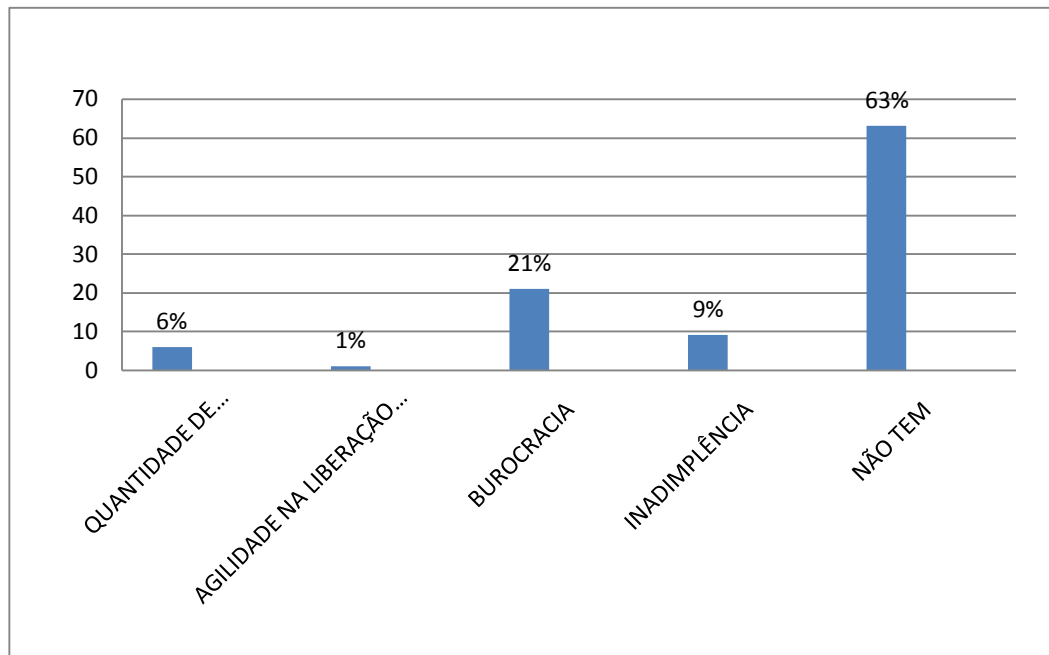
Gráfico 17: Acesso aos serviços do BB



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Na pesquisa, os agricultores puderam responder mais de uma resposta. Assim, 59% deles destacaram que tem conta corrente, que é destinada ao recebimento do crédito e pagamento do empréstimo. 24% destacaram que tem cartão do PRONAF, este sendo importante, pois o agricultor recebe seu empréstimo e paga seu empréstimo, assim, facilitando para o agricultor e tornando mais ágil o processo. 13% destacaram que tem acesso ao TAA (Terminal de Auto-Atendimento), 3% disseram que tem acesso a cartão de crédito e 1% disseram que tem acesso a crédito (CDC). Para ter acesso a qualquer tipo de crédito/empréstimo o cliente tem que ser correntista e verifica que alguns agricultores não tem conta corrente, mas isso se deve a tempo do financiamento, a conta corrente se não houver movimentação durante 360 dias, a mesma é encerrada automaticamente. Em relação ao cartão do PRONAF o ideal seria que todos os agricultores tivessem o cartão, pois iria facilitar na hora de receber o dinheiro do empréstimo, fazer pagamentos, compras de insumos para a agricultura.

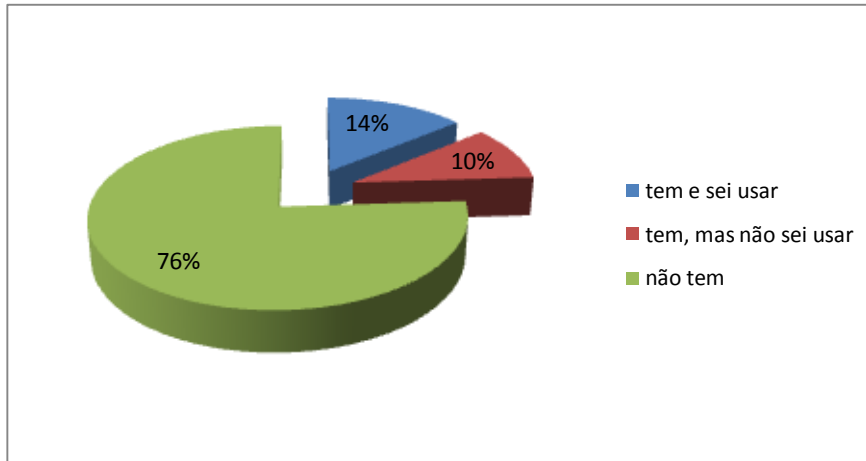
Gráfico 18: Maiores dificuldades encontradas na concessão do crédito do PRONAF no BB.



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Buscou-se descobrir quais as maiores dificuldades encontradas na concessão do crédito do PRONAF disponibilizado aos agricultores familiares pelo BB. Sendo assim, 6% disseram que a dificuldade foi a quantidade de agricultores atendidos, no processo de liberação do crédito havia muitos agricultores para serem atendidos, levando vários dias para o crédito ser liberado. 1% disseram que foi a agilidade na liberação do crédito, 21% disseram que foi a burocracia, um dos maiores problemas que é a burocracia, o banco exige vários documentos que é desnecessários, na própria DAP já vem todas as informações. 9% para a inadimplência, o PRONAF hoje está suspenso devido a alta taxa da inadimplência, o Banco está operando só com a renovação dos empréstimos e 63% disseram que não tiveram nenhum problema na concessão do crédito. Verifica que o PRONAF hoje é uma linha de crédito de fácil acesso, mas que tem um certo grau de burocracia.

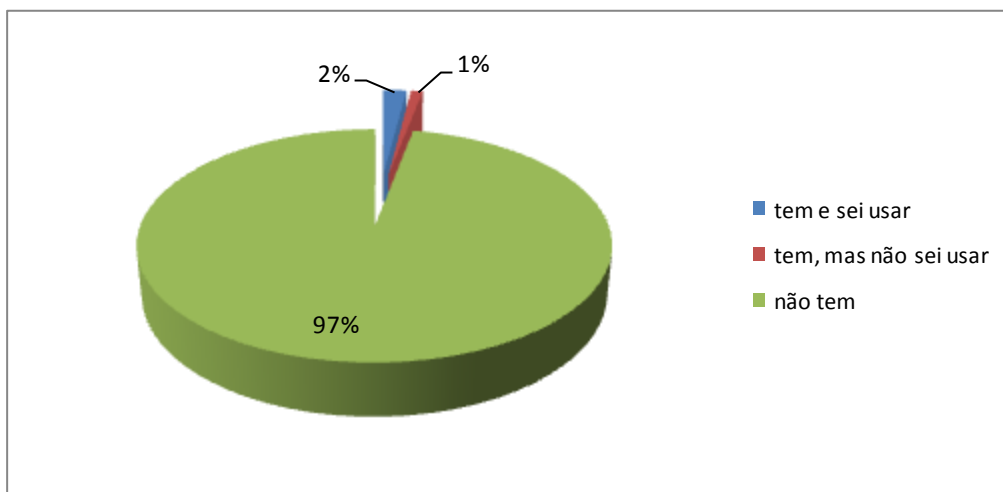
Gráfico 19: Cartão do PRONAF



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Buscou-se saber, se os agricultores têm o cartão do PRONAF. 76% dos entrevistados disseram que não tem o cartão, 14% deles disseram que tem e sabem usar o cartão e 10% tem, mas não sabem utilizar o cartão. Segundo o BB (2011) o agricultor pode contar com o cartão PRONAF que permite saque nos terminais de auto- atendimento BB e o pagamento dos bens adquiridos diretamente nas empresas agropecuárias. O cartão do PRONAF é uma forma de facilitar e melhorar a forma e rapidez no atendimento, onde o mesmo pode utilizar os Auto-Atendimentos evitando o mesmo pegar filas dentro da Agência.

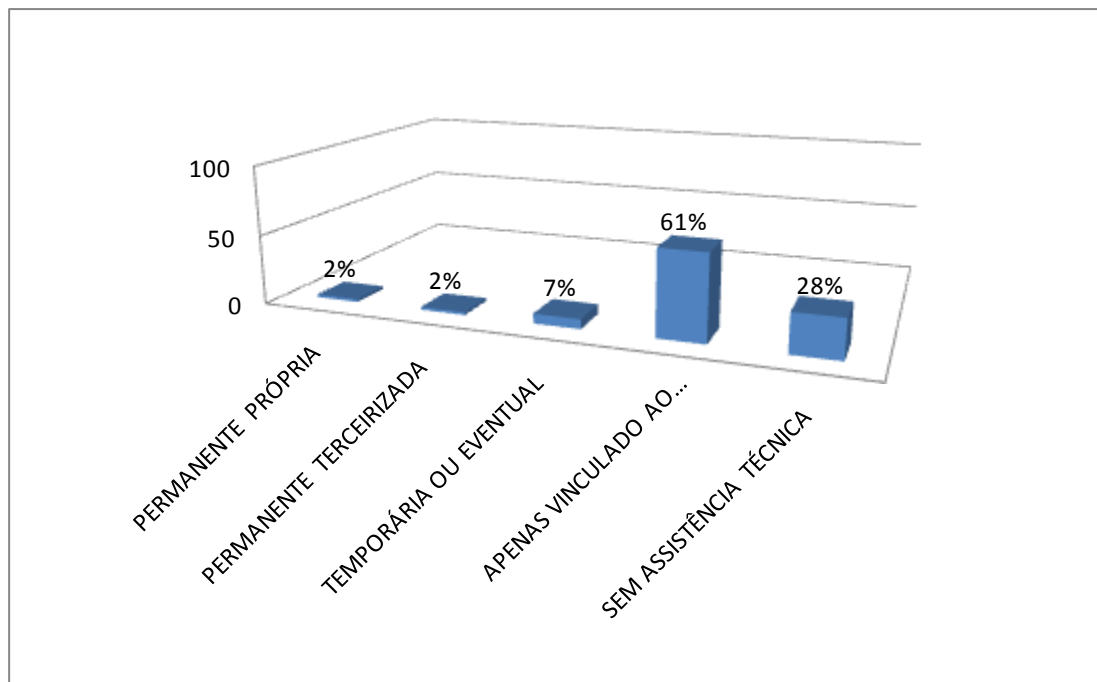
Gráfico 20: Cartão de crédito/débito



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Procurou-se saber nesta questão, se os agricultores também têm o cartão de crédito/débito. Assim, 97% dos entrevistados disseram que não tem o cartão de crédito ou débito, 2% disseram que tem e sabem utilizar e 1% tem e não sabem utilizar. O cartão de crédito é o menos utilizado por agricultores familiares, onde mostra que realmente os agricultores preferem ter o cartão do PRONAF por ser mais barato, sem taxas de manutenção de conta.

Gráfico 21: Em relação a assistência técnica ela é

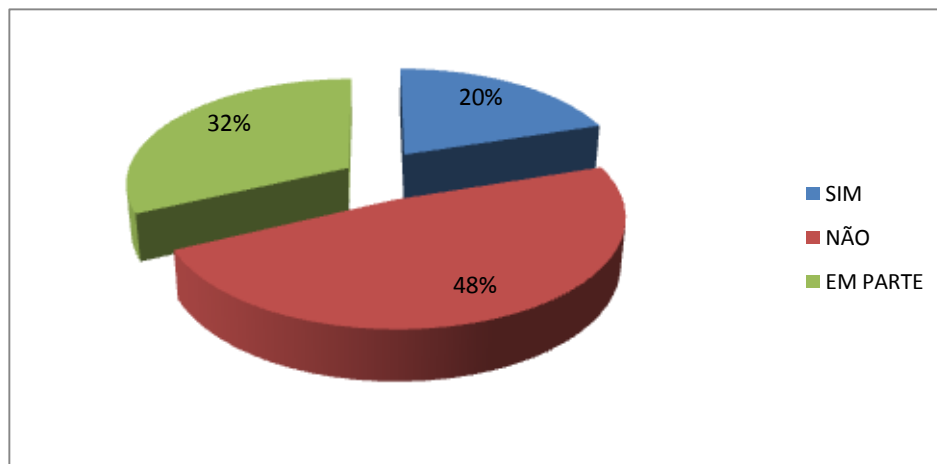


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Em relação à assistência técnica. 2% deles disseram que é permanente própria, só 2% tiveram assistência técnica até o fim do financiamento. 2% permanente terceirizada, 2% tiveram que optar em contratar assistência técnica. 7% temporária ou eventual, 61% apenas vinculado ao crédito, a pesquisa demonstra que a assistência técnica é apenas vinculada ao crédito, o agricultor só tem a assistência técnica na elaboração do projeto, pagando uma taxa de 2% para a Emater e 28% sem assistência técnica, mostrando que uma parte fica sem assistência técnica, fazendo com que o agricultor utilize o crédito com a utilização de produtos fracos, desviando o crédito para outras finalidades, sem o conhecimento daquilo que realmente é para ser. De acordo com Gomes (2010), secretário de

Políticas Agrícolas da FETAG, a agricultura familiar se baseia no tripé crédito, trabalho e assistência técnica, o qual, no seu entendimento, significa orientação direcionada a atividades agropecuárias. Para Ferreira (2004) a ASTEC deverá ainda ser suficiente para atendimento da demanda existente, garantir ainda a lisura da aplicação dos recursos, representada pela emissão de laudos periódicos para o agente financeiro até o vencimento final do financiamento, seja custeio agrícola ou investimento.

Gráfico 22: A equipe de assistência técnica atendeu as necessidades dos agricultores.

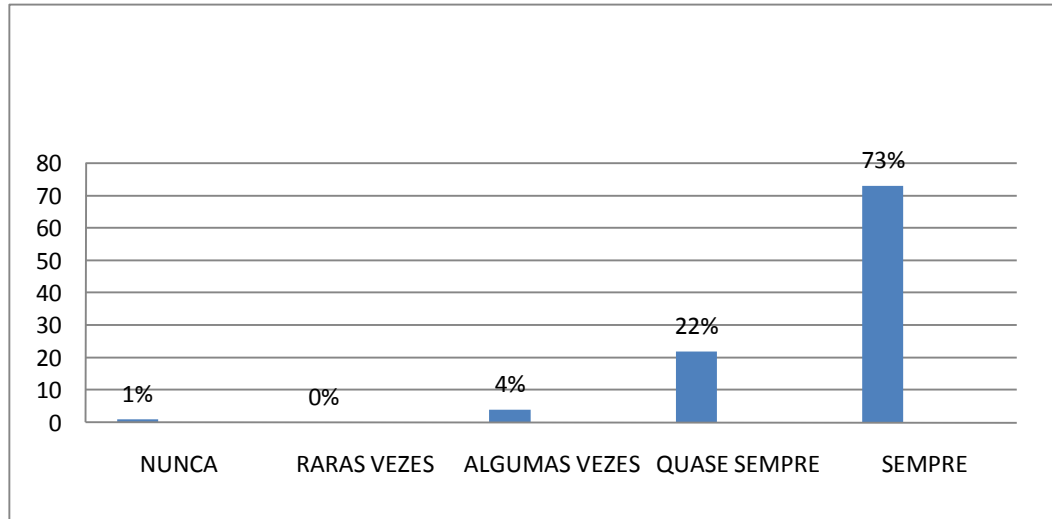


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

A questão indagou-se a respeito da Assistência Técnica, se a equipe atendeu às necessidades e expectativas dos agricultores. Assim, 48% dos agricultores disseram que não atendeu suas expectativas, os agricultores pagam uma taxa de 2% para ter direito a assistência técnica e os agricultores não estão tendo esse direito, esse acompanhamento. 32% dos agricultores entrevistados atenderam suas expectativas em parte e 20% atendeu suas expectativas. A assistência técnica é importante pois ela presta serviços afim de melhorar significadamente a maneira de trabalhar, promovendo o desenvolvimento, como: desenvolver tecnologias, processar e comercializar a produção e tratar os recursos naturais da melhor maneira possível. Em relação a deficiência da ASTEC e do pouco conhecimento perante a agricultura familiar, descreve Guanziroli (2007) Neste sentido é fundamental introduzir responsabilidades ao longo de toda a “cadeia” do PRONAF, fazendo com que os vários atores — SAF, Bancos, assistência técnica, Comissões

Estaduais e agricultores — sejam de fato responsáveis pelos seus atos e, portanto, compromissados com os resultados.

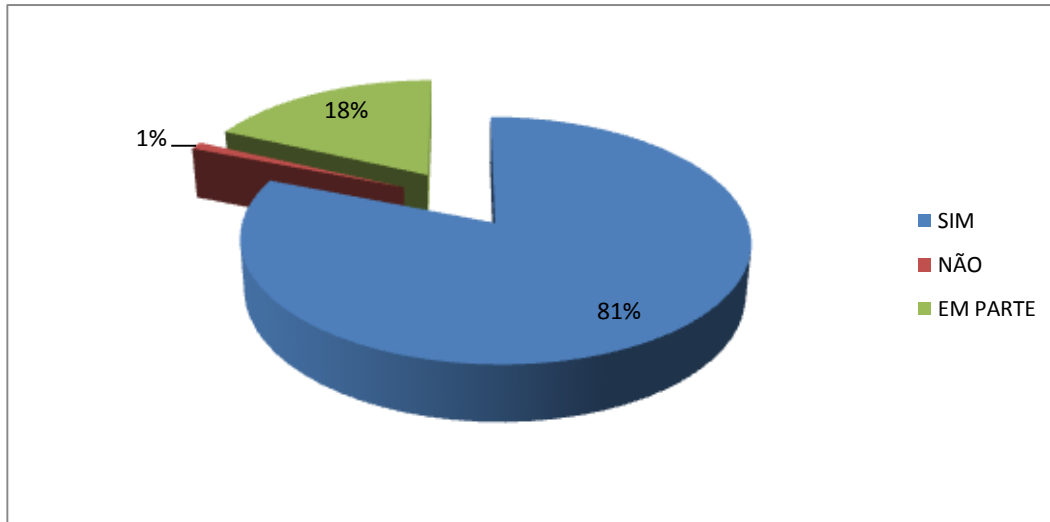
Gráfico 23: Os recursos foram liberados de acordo com o previsto no orçamento da proposta.



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Buscou-se investigar se os recursos financeiros são liberados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta. A esse respeito, 73% dos agricultores disseram que sempre é liberado de acordo com a proposta, 22% disseram que quase sempre é liberado, 4% disseram que algumas vezes e 1% disseram que nunca é liberado.

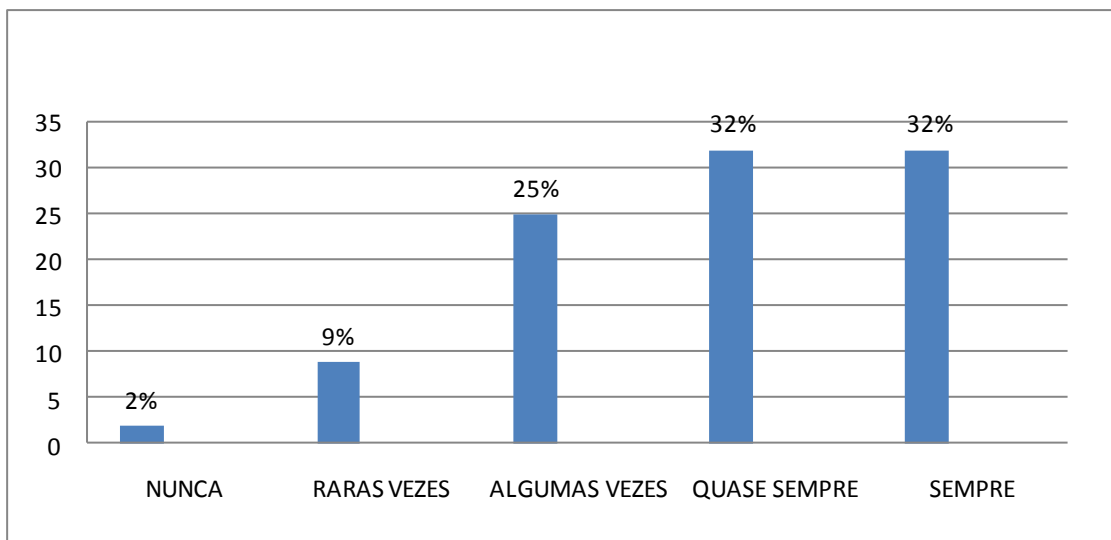
Gráfico 24: Os recursos foram aplicados de acordo com o previsto no orçamento da proposta



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Buscou-se saber se os recursos financeiros são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta. 81% disseram que sim, aplicam de acordo com o orçamento, 18% aplicam em parte e 1% disseram que não aplicam de acordo com o orçamento da proposta. Segundo Leal (2010) A pesquisa aponta também dificuldades relativas à inadimplência decorrente do desvio de finalidade e aplicação indevida do crédito por falta de acompanhamento, orientação e assistência técnica o que comprova as duas questões anteriores.

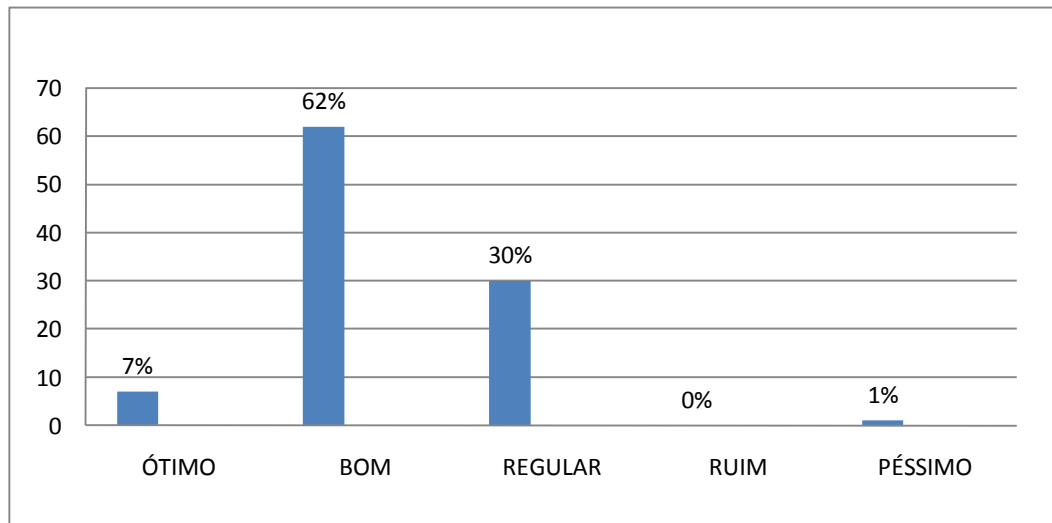
Gráfico 25: Busca informações sobre vencimento, valor a pagar, taxas de juros, desconto em relação ao PRONAF no BB.



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Segundo as questões, procurou-se saber qual a frequência dos agricultores em relação a ir ao Banco saber sobre valor a pagar, taxa de juros, descontos. Assim, 32% ressaltaram que sempre buscam informações no banco, é de importância extrema, pois muitos agricultores perdem descontos de até 70% do empréstimo por não saberem dos vencimentos, descontos saldo em conta corrente, isso se dá por que as correspondências não chegam no interior. 32% ressaltaram que quase sempre buscam informações, 25% ressaltam que algumas vezes buscam informações, 9% ressaltam que raras vezes buscam informações e 2% nunca buscaram informações sobre valor a pagar, desconto, taxas de juros. Segundo Schneider (2004) “o PRONAF ainda padece de alguns importantes ajustes para se converter em uma política de crédito rural que faça jus ao seu objetivo principal que é o de gerar o fortalecimento da agricultura familiar”.

Gráfico 26: Qualidade no atendimento

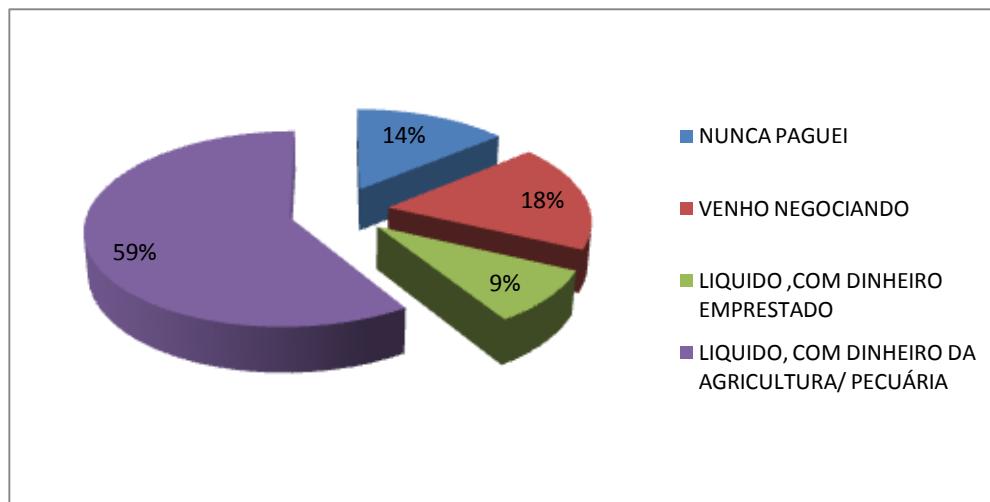


Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

A questão perguntou o que o agricultor acha do atendimento no setor do agronegócios do BB de Picos. 62% dos entrevistados disseram que é bom o atendimento, o atendimento é importante, pois os agricultores precisam de um atendimento diferenciado, pois uma parte além de ser analfabeta, existem outras dificuldades em relação as palavras (o entendimento), palavras difíceis para eles

entenderem como: amortização, leis. 30% disseram que é regular, 7% deles ressaltaram que é ótimo e 1% disseram que é péssimo.

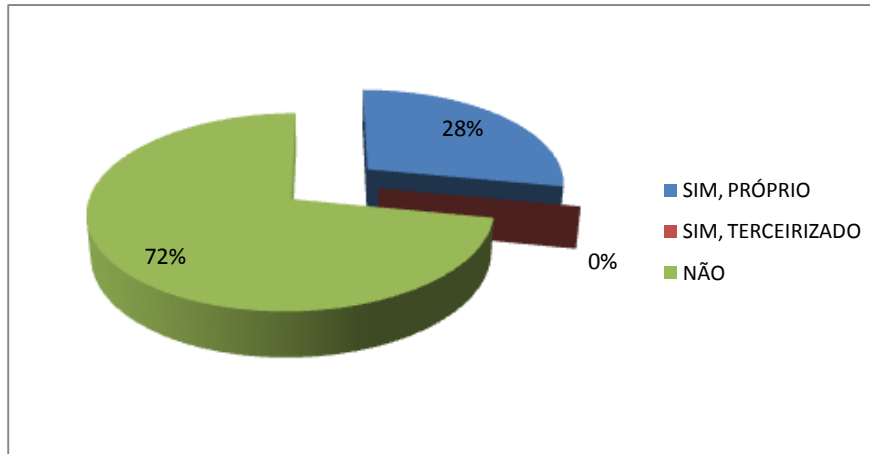
Gráfico 27: Em relação ao PRONAF, o agricultor está conseguindo fazer os pagamentos nas devidas datas de vencimento.



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Nessa questão, perguntou-se ao agricultor se está conseguindo fazer os pagamentos nas devidas datas de vencimento. 59% ressaltam que liquidam com dinheiro da agricultura ou pecuária, os agricultores aplicam o crédito de forma correta e tem uma capacidade de pagamento favorável para os próximos três anos, fazendo com que, na data do vencimento, o agricultor tenha o dinheiro. 18% disseram que vem negociando, isso se dá pelo inverno, bom inverno boa cultura, com no Estado a produção está fraca devido ao inverno, muitos optaram por negociar. 14% ressaltam que nunca pagaram e 9% liquidam, mas com dinheiro emprestado. Para Guanzirolí (2007) um dos pontos críticos do programa diz respeito à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiados, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, já que precisaram conceder contínuas renegociações e resseguros dos empréstimos que ficaram em atraso ou estavam ficando inadimplentes.

Gráfico 28: Utiliza sistemas de organização e controle (despesas/receita/resultado)



Fonte: dados da pesquisa realizada entre os dias 31 de agosto a 21 de setembro.

Procurou-se saber se os agricultores utilizam sistemas de organização e controle (despesas/receita/resultado). Assim, 72% ressaltaram que não utilizam nenhum sistema de controle, os agricultores entrevistados aplicam os recursos sem controle algum, sem saber onde estão aplicando e quando recebem o dinheiro dos produtos é mal aplicado, levando o agricultor a ficar irregular com a instituição financeira e 28% utilizam sim, mas é próprio, ou seja, eles mesmos fazem esse controle, e verificou-se que nenhum agricultor utiliza algum sistema de controle terceirizado.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Este estudo foi realizado com base na definição de uma situação problema, para responder sobre “a importância do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar do BB para a microrregião de Picos – PI, analisando a atuação econômica e social desse segmento”. O objetivo geral do estudo foi analisar a visão dos agricultores perante a agricultura familiar da região, identificando a necessidade da intensificação da ação competitiva no mundo globalizado que recria um papel muito importante para a sociedade, sobretudo porque se mostra relevante, ainda em todo mundo, o crescimento da miséria e da marginalização das populações, em decorrência de dificuldades na geração de trabalho e renda, principalmente em países com desequilíbrios econômicos e sociais, como o Brasil.

A partir da análise dos dados realizados com base no referencial teórico, é possível afirmar que os agricultores ressaltam que a gestão, trabalho e a agricultura familiar foi inteiramente baseada na estrutura familiar, gerando renda, criando ocupações produtivas, qualidade de vida e produção, diversificação e continuidade a uma política de segurança alimentar, usando os fatores de produção sem degradar o ambiente, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

As características presentes é que a produção agropecuária familiar apresenta-se marcadamente diversificada; essa diversificação se manifesta, não só quanto aos vários sistemas de produção que incorpora, mas principalmente quanto às estratégias de ação e o modo como os produtores se relacionam e integram-se com os mercados. Os agricultores familiares passam a aderir a interação entre a gestão e o trabalho, utilizando de forma correta e sustentada os recursos, assim evitando a degradação do meio ambiente, destaca-se que os agricultores familiares são jovens com um grau de escolaridade baixa, onde a produção dominante é a agricultura e a renda é oriunda da mesma, após a concessão realmente ficou comprovado que a renda aumentou, principalmente acima de um salário, onde produzem feijão, mandioca, caju e milho, essa produção também aumentou, a pecuária houve um aumento principalmente na criação de bovino; ovino e a apicultura. De acordo com a pesquisa, os agricultores deram pouca importância para a mecanização seguida da assistência técnica e da comercialização da produção, os

mesmos deram importância para o aumento da renda e da produção, onde fica comprovado que os agricultores só dependem deles mesmos para poder produzir de forma a gerar lucros e menos danos ao meio ambiente. Fica evidente a satisfação com os serviços oferecidos pelo BB e a valorização do agricultor na sociedade, onde os mesmos não encontram dificuldades na concessão do crédito.

Para Mattei (2006) o PRONAF pode ser considerado um programa de sucesso, pois conseguiu atingir um grande número de pequenos agricultores em pouco tempo, fruto principalmente de sua interação com as organizações sociais do campo. O PRONAF realmente é a linha de crédito para os pequenos agricultores que querem melhorar de vida e buscar uma melhor qualidade de vida, produzindo de forma sustentável, onde o banco e o PRONAF objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda e para a adoção de práticas que permitem um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis.

A atuação do BB e das instituições estaduais de assistência técnica e entidades representativas dos trabalhadores rurais utilizam a sensibilização, mobilização e capacitação dos funcionários e parceiros e a elaboração de um amplo diagnóstico, no qual são abordadas todas as etapas da cadeia de valor de uma atividade produtiva, identificados pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças. A expansão observada ao longo dos últimos anos ocorreu de forma bastante sustentável. Além dos mecanismos de administração de riscos aplicáveis a todas as carteiras de crédito rural.

Uma sugestão seria o emprego desta mesma pesquisa a cada ano, porque com isso seria possível identificar a evolução do Programa e de suas ações na microrregião de Picos e também identificar os pontos fortes e pontos fracos existentes no Programa. Assim os responsáveis pelo PRONAF podem tomar medidas a fim de melhorar a forma de distribuição dos recursos e ter um acompanhamento mais de perto a fim de melhorar as condições de plantio e aumentar a renda com o uso de recursos sustentáveis.

Espera-se que essa pesquisa possa ter contribuído para a ampliação da compreensão da importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar da microrregião de Picos em seus aspectos conceituais, metodológicos e práticos. Espera-se também a contribuição para o debate e ampliação das discussões sobre as questões que permeiam o PRONAF com suas limitações e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. T.. **Pronaf como instrumento de atuação do Estado no espaço rural do Semiárido Piauiense**. 2010, 414 f. Dissertação (doutorado em geografia)- Universidade Federal do Sergipe, São Cristovão, 2010.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo. Atlas, 2006.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**. São Paulo: Cengage, 2006.
- BANCO DO BRASIL S.A. **Agronegócios**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8623,10816,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>> Acesso em: 11 Abr. 2011.
- BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. *In*: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Aplicação do crédito rural no PRONAF**, 2000.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do crédito rural PRONAF**, 2002.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília : Mapa / SPA, 2010. 48 p.
- CAMPOS, R.F; CARDOSO J.L. **Índices de financiamento e características da distribuição de crédito rural no Brasil de 1996 a 2001**. 2004. 15 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI). Campinas. 2004.
- DOMINGUES, M. P. T. S.. Economia solidária – “ **A Economia Real do Desenvolvimento Sustentável**”. ?, 10 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Castelo Grande, s.d.
- FERREIRA, G. A. L. **A proposta da política pronaf para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina – PR**, 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.
- FRANÇA, C. G. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P.M de Azevedo Marques – Brasília: MDA, 2009. 96 p.
- GOVERNO FEDERAL. **Piauí supera a meta anual do pronaf**. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/piaui-supera-a-meta-anual-do-pronaf>> acesso em: 13 Abr. 2011.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, nº 02, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Demográfico 2010, São Paulo, 2011. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010/default.sinopse.shtm>. acesso em 27 set 2011.

LEAL, M. G de Sá B. **A responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste do Brasil no contexto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Piauí**. 2010.105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2010.

LIMA, I. M. de M. F.; ABREU, I. G. de; LIMA, M. G. de. Semi-Árido Piauiense: delimitação e regionalização. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, nº 1, p. 162-183.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 47p. 1996.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos** : mapa da produção acadêmica /Lauro Mattei. Brasília : MDA, 2006. 202 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (MA). SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). **Manual operacional do PRONAF**. Brasília, 1996.

_____. **Manual operacional do PRONAF**. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel>> Acesso em: 13 abr. 2011.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronaf**. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 24 Abr. 2011a.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronaf**. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 24 Abr. 2011b.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em: 14 maio 2011.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratamento de Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2001.

PARENTE, S. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Escritório no Brasil. **O Mercado Financeiro e a População de Baixa Renda**. São Paulo, p. 63. Março de 2003.

PRONAF. **Agricultura familiar**. Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br>> Acesso em: 25 jun. 2011.

RAÍCES, Carlos. **Guia Valor econômico de Agronegócios** / Carlos Raíces - 1 ed. São Paulo. Globo. 2003.

SCHNEIDER, S; Westphalen,F; Gazolla,M. **AS DUAS “CARAS” DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?**. XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP.

SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI, MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252 p, p. 21-49, 2004. (Série: Estudos Rurais).

SCHOLZ, R. H. Uma Andorinha Sozinha não faz Verão: **Relações de Solidariedade Promotoras da Liderança Solidária Compartilhadas**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS de São Leopoldo. 2009.

SILVA, F.F.. **Distribuição de Crédito para a Agricultura Familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

VASCONCELOS, J. M ; MONTEIRO, M.S.L, **Políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Semi-árido piauiense na década de 90: o caso do pronaf**. Teresina, 2004, p 10.

APÊNDICE A – Formulário usado para pesquisa de campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO – CAD**

Este formulário destina-se a uma pesquisa de cunho acadêmico, cujo tema é a Importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Banco do Brasil S.A. para a microrregião de Picos- PI.

1. Município em que reside: _____.

2. Faixa etária:

() de 18 a 30 () de 31 a 50 () de 51 a 70 () acima de 71

3. Escolaridade:

() Analfabeto () Ensino primário () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior

4. Atividade econômica dominante:

- () Agricultura (caju, milho, mandioca, feijão, arroz)
 () Pecuária
 () Caprinocultura
 () Ovinocultura
 () Bovinocultura
 () Apicultura

5. A renda familiar é proveniente:

- () da agricultura () da pecuária () de programas do governo federal
 () outras atividades não-agrícolas

--- As questões de 6 a 9 são para avaliar as mudanças ocorridas antes e após o financiamento do PRONAF

6. Renda mensal familiar:

Antes (em R\$)	Após (em R\$)
() de 50,00 a 250,00	() de 50,00 a 250,00
() de 251,00 a 400,00	() de 251,00 a 400,00
() de 401,00 a 600,00	() de 401,00 a 600,00
() de 601,00 a 1.000,00	() de 601,00 a 1.000,00
() mais de 1.000,00	() mais de 1.000,00

7. Produtos agrícolas cultivados:

Antes	Após
() Feijão	() Feijão
() Caju ou castanha	() Caju ou castanha
() Milho	() Milho

<input type="checkbox"/> Mandioca	<input type="checkbox"/> Mandioca
<input type="checkbox"/> Arroz	<input type="checkbox"/> Arroz

8. Pecuária:

Antes	Após
<input type="checkbox"/> Bovino	<input type="checkbox"/> Bovino
<input type="checkbox"/> Ovino	<input type="checkbox"/> Ovino
<input type="checkbox"/> Caprino	<input type="checkbox"/> Caprino
<input type="checkbox"/> Suíno	<input type="checkbox"/> Suíno
<input type="checkbox"/> Apicultura	<input type="checkbox"/> Apicultura

9. Bens de consumo duráveis:

Antes	Após
<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Televisão
<input type="checkbox"/> Aparelho de som	<input type="checkbox"/> Aparelho de som
<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Geladeira
<input type="checkbox"/> Fogão à gás	<input type="checkbox"/> Fogão à gás
<input type="checkbox"/> Telefone	<input type="checkbox"/> Telefone
<input type="checkbox"/> Propriedade (terra)	<input type="checkbox"/> Propriedade (terra)
<input type="checkbox"/> Automóvel	<input type="checkbox"/> Automóvel
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Bicicleta
<input type="checkbox"/> Trator	<input type="checkbox"/> Trator
<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> Moto

10. Quanto à importância dada aos itens pelo agricultor após o acesso ao PRONAF (sendo 1 o menos importante e 5 o mais importante):

Item	1	2	3	4	5
Infraestrutura					
Aumento da renda					
Geração de emprego					
Aumento da produção					
Diversificação da produção					
Assistência técnica					
Mecanização					
Comercialização de produtos					
Destino da produção					

11. O Banco do Brasil S.A. tem ações voltadas à conscientização para a cidadania, orientando e estimulando uma postura mais participativa dos agricultores?

Sim Não Não sei

12. Estão satisfeitos com os serviços e produtos oferecidos? Qual o Nível de intensidade - grau de satisfação:

Muito satisfeitos Satisfeitos Indiferente Insatisfeito Muito insatisfeito

13. Houve uma maior valorização do produtor rural familiar na sociedade?

Sim Não Não sei

14. Tem acesso aos serviços/produtos do Banco, quais?

Cartão de crédito/débito Cartão do PRONAF Conta corrente/poupança Crédito (CDC) TAA

15. Quais as maiores dificuldades encontradas na concessão de crédito do PRONAF disponibilizado aos agricultores familiares pelo BANCO DO BRASIL S.A (BB)?

- Quantidade de agricultores (as) atendidos
- Agilidade na liberação do crédito
- Burocracia
- Inadimplência
- Não tem

16. Quanto ao cartão do PRONAF?

- Tenho e sei utilizar
- Tenho, mas não sei utilizar
- Não tenho

17. Quanto ao cartão de crédito/débito:

- Tenho e sei utilizar
- Tenho, mas não sei utilizar
- Não tenho

18. Em relação à Assistência técnica ela é:

- permanente própria
- permanente terceirizada
- temporária ou eventual
- apenas vinculada ao crédito
- sem assistência técnica

19. A equipe de assistência técnica do município atende às necessidades e expectativas dos agricultores:

- Sim
- Não
- Em parte

20. Os recursos financeiros são liberados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta:

- Nunca
- Raras vezes
- Algumas vezes
- Quase sempre
- Sempre

21. Os recursos financeiros são aplicados exatamente de acordo com o previsto no orçamento da proposta:

- Sim
- Não
- Em parte

22. Busca informações sobre vencimento, valor a pagar, taxas de juros, desconto no Banco do Brasil S.A. em relação o seu PRONAF:

- Nunca
- Raras vezes
- Algumas vezes
- Quase sempre
- Sempre

23. O que você acha do atendimento no setor do agronegócio (PRONAF) do Banco do Brasil S.A. de Picos-PI:

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

24. Em relação ao crédito do PRONAF, você está conseguindo fazer os pagamentos nas devidas datas de vencimento:

- Nunca paguei
- Venho negociando
- Amortizo/liquido, mas com dinheiro emprestado
- Amortizo/liquido, mas com dinheiro da agricultura/pecuária

25. Utiliza sistemas de organização e controle (despesas/receita/resultado):

() Sim, próprio () Sim, terceirizado () Não

Obrigado!